

**TRAJETÓRIA DE MULHERES PARA A CÂMARA FEDERAL: UMA
ABORDAGEM PROSOPOGRÁFICA UTILIZANDO A ANÁLISE DE
CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA**

**TRAYECTORIA DE LAS MUJERES HACIA LA CÁMARA FEDERAL: UNA
APROXIMACIÓN PROSOPOGRÁFICA MEDIANTE EL ANÁLISIS DE
CORRESPONDENCIAS MÚLTIPLES**

**WOMEN'S TRAJECTORY FOR THE FEDERAL CHAMBER: A PROSOPOGRAPHIC
APPROACH USING MULTIPLE CORRESPONDENCE ANALYSIS**



Leonardo Aires DE CASTRO¹
e-mail: leoairescastro@gmail.com

Como referenciar este artigo:

DE CASTRO, L. A. Trajetória de mulheres para a câmara federal: Uma abordagem prosopográfica utilizando a análise de correspondência múltipla. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, São Carlos, v. 32, n. 00, e023022, 2023. e-ISSN: 2236-0107. DOI: <https://doi.org/10.14244/tp.v32i00.963>



| **Submetido em:** 01/05/2022
| **Revisões requeridas em:** 11/02/2023
| **Aprovado em:** 20/08/2023
| **Publicado em:** 15/12/2023

Editores: Profa. Dra. Simone Diniz
Prof. Dr. Eduardo de Lima Caldas
Profa. Dra. Mércia Kaline Freitas Alves
Dr. Vinícius Silva Alves

Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Secretaria de Educação do Estado de Goiás (SEDUC), Catalão – GO – Brasil. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) (Professor de Educação Básica, SEDUC-GO).

RESUMO: Esse artigo buscou analisar a trajetória das mulheres deputadas federais de 2003 a 2018, utilizando a prosopografia como instrumento metodológico, a fim de comparar as carreiras delas no percurso para alcançar a representação na Câmara Federal e como se articulam internamente. Foram 260 entradas de deputadas analisadas em diversas variáveis e posteriormente confrontadas entre si em busca de similaridades e distinções. Entre as dimensões que nos auxiliaram a compreender o caminho dessas representantes estão: parentesco, escolaridade, pertencimento às comunidades de base, religião, profissão, cargos ocupados ao longo da vida e ocupações dentro dos partidos políticos, como também o próprio percurso partidário. A partir dessas informações, construímos um apanhado de perfis que tem como interesse instrumentalizar a análise das trajetórias dessas mulheres no contexto desse trabalho. Posteriormente, cruzamos essas informações com três disposições institucionais, quais sejam, lideranças no interior da Câmara Federal, Comissões Ocupadas e Reeleição, a fim de visualizar a distribuição dos tipos identificados dentro do cenário institucional. Em nossos achados identificamos sete grupos específicos: Familiar, Administrativo, Movimentos Sociais, Movimentos Estudantis, Mídia, Sindicalismo e Religião. Ao longo do período analisado, o grupo familiar teve o maior crescimento, seguido do administrativo, observado uma lógica já observada em trabalhos anteriores. Além, os relacionamentos institucionais desses grupos sofrem modificações de acordo com a trajetória analisada.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Instituições. Mulheres. Trajetórias.

RESUMEN: Este artículo buscó analizar la trayectoria de las diputadas federales entre 2003 y 2018, utilizando la prosopografía como herramienta metodológica, para comparar sus trayectorias en el camino a alcanzar representación en la Cámara Federal y cómo se articulan internamente. Un total de 260 trayectorias de diputadas fueron analizadas en función de diversas variables y luego comparadas entre sí en busca de similitudes y distinciones. Entre las dimensiones que nos ayudaron a comprender la trayectoria de estas representantes se encuentran: el parentesco, la educación, la pertenencia a comunidades de base, la religión, la profesión, los cargos desempeñados a lo largo de la vida y las ocupaciones dentro de los partidos políticos, así como la propia trayectoria partidaria. A partir de esta información, hemos elaborado una serie de perfiles que nos ayudan a analizar las trayectorias de estas mujeres en el contexto de este trabajo. A continuación, hemos cruzado esta información con tres disposiciones institucionales, a saber, el liderazgo en la Cámara Federal, los Comités ocupados y la reelección, con el fin de visualizar la distribución de los tipos identificados en el escenario institucional. En nuestros resultados identificamos siete grupos específicos: Familia, Administrativo, Movimientos Sociales, Movimientos Estudiantiles, Medios de Comunicación, Sindicalismo y Religión. A lo largo del periodo analizado, el grupo familia fue el que más creció, seguido del grupo administrativo, siguiendo una lógica ya observada en trabajos anteriores. Además, las relaciones institucionales de estos grupos cambiaron en función de la trayectoria analizada.

PALABRAS CLAVE: Género. Instituciones. Mujeres. Trayectorias.

ABSTRACT: *This article sought to analyze the trajectory of women federal deputies from 2003 to 2018, using prosopography as a methodological tool, in order to compare their careers on the way to achieving representation in the Federal Chamber and how they articulate themselves internally. A total of 260 female deputies' entries were analyzed in terms of various variables and then compared with each other in search of similarities and distinctions. Among the dimensions that helped us to understand the path of these representatives were: kinship, schooling, belonging to grassroots communities, religion, profession, positions held throughout life and occupations within political parties, as well as the party path itself. Based on this information, we have put together a series of profiles to help analyze the trajectories of these women in the context of this work. We then cross-referenced this information with three institutional dispositions, namely leadership within the Federal Chamber, Occupied Committees and Re-election, in order to visualize the distribution of the types identified within the institutional scenario. In our findings we identified seven specific groups: Family, Administrative, Social Movements, Student Movements, Media, Trade Unionism and Religion. Over the period analyzed, the family group grew the most, followed by the administrative group, following a logic already observed in previous work. In addition, the institutional relationships of these groups changed according to the trajectory analyzed.*

KEYWORDS: *Gender. Institutions. Women. Trajectories.*

Rompendo o teto de vidro da representação política

A base de toda pesquisa sobre grupos parlamentares se inicia (ou resume-se) em traçar os perfis dos indivíduos que os compõem. Análises descritivas ou estatísticas são utilizadas para identificar a origem desses indivíduos e mapear a lógica de ingresso dessas instituições. Não é surpresa que esse tipo de pesquisa já tenha se desenvolvido com relativo sucesso no contexto brasileiro, comumente chamado de estudos das elites, tendo como objetivo justamente investigar o conjunto das trajetórias dos atores daquele espaço e estabelecer relações entre biografia e posições de poder (PERISSINOTTO; CODATO, 2015).

É dentro da lógica da representação descritiva que os estudos sobre elites políticas de mulheres se desenvolvem. Se a democracia liberal compreende que homens e mulheres são iguais em condições para disputarem entre si uma cadeira eletiva, por qual razão a proporção de homens é tão mais alta em relação a de mulheres? Esse é o questionamento que Danusa Marques (2010) levanta em seu estudo sobre as diferenças entre as carreiras políticas de mulheres e homens nas eleições de 2006 (53^a legislatura).

Em linhas gerais, capitais políticos e econômicos são mais associados aos candidatos homens e inviabilizados para mulheres. Sendo esses dois capitais essenciais para a competição

partidária, na disputa eleitoral a igualdade formal não opera efeito algum. Pois bem, instituições políticas foram criadas e organizadas por homens, dentro de suas determinações e entendimentos, operando dentro de uma lógica de padrão masculino que torna a esfera pública um âmbito de ação masculina, em contraposição do privado, em que o trabalho feminino é relegado. Seja pelo contrato social patriarcal, pelas diferenças sociais e culturais que criam obstáculos a representação feminina, ou a própria lógica da desigualdade entre os gêneros, reproduzida dentro das instituições liberais (MIGUEL; BIROLI, 2010), o que temos é um ambiente avesso a mulheres produtor de empecilhos ao acesso desse grupo em suas fileiras.

É a partir das investigações sobre recrutamento partidário que chegamos a compreensão de que há diferenças no modo de selecionar mulheres competitivas para a disputa eleitoral entre as agremiações, seja levando em consideração o modelo do partido ou o espectro partidário ao qual ele pertence (LOVENDUSKI; NORRIS, 1993). Pesquisas que questionam quais são os obstáculos à representação feminina levam em consideração uma variedade de hipóteses, tais como viés negativo de voto, seleção enviesada de candidatos homens em detrimento de mulheres, enfraquecimento econômico de candidaturas femininas, desinteresse político, entre outros (KROOK, 2009; MATLAND, 2005; NORRIS, 2013; SACCHET, 2011).

Pinto e Silveira (2018) exploram uma dessas abordagens em um dos artigos mais recentes sobre o tema. A pesquisa tem interesse em determinar quais os requisitos necessários para que mulheres possuam carreiras políticas exitosas no legislativo Estadual e Federal brasileiro. Ao observar aquelas deputadas que foram eleitas mais de 3 vezes no intervalo entre 1951 e 2015, ou seja, 17 legislaturas no total, foram identificadas 62 parlamentares. As autoras postulam duas hipóteses a partir dos dados coletados: a primeira indica que quanto menor o distrito eleitoral, e menos democrática forem as eleições (no que tange a competição), maior a chance de se eleger mulheres. Já a segunda considera que a urbanização, índices educacionais elevados e menor desigualdade social no Brasil, diferentemente do que se acredita, não determinaria maior presença de mulheres na política. Segundo as autoras, as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste refletem características distintas, mas que se assimilam nos resultados práticos da representação feminina. As duas primeiras são localidades pouco populosas, de recente tradição política e competição eleitoral menor entre os partidos políticos, enquanto a terceira tem tradição eleitoral consolidada entre caciques partidários que criam obstáculos a partir do tradicionalismo.

Em suma, a pesquisa demonstra que as mulheres que alcançaram os cargos legislativos romperam os obstáculos instituído pelo mundo privado, esfera de poder que subjuga a mulher

para a vida pública, conquistando espaço a partir de posições prioritariamente masculinas, como lideranças em setores sindicais, acadêmicos e partidários (PINTO; SILVEIRA, 2018). Dessa forma, conforme exposto por Bourdieu (2011), para se adequar ao mundo político masculino, sob pena de exclusão, mulheres são incentivadas a adotarem as mesmas práticas e trajetórias dos homens².

O diagnóstico postulado pelas autoras é profundamente atual. Pesquisas prosopográficas ignoram ou deixam passar "gênero" como variável importante dos estudos biográficos. O apagamento de tal variável corresponde a lógica intrinsecamente masculina das instituições, uma vez que "ser mulher" implicaria muito pouco nas análises que buscam compreender o funcionamento de sistemas a partir dos seus atores e a relação deles com suas vidas pregressas. Entretanto, a baixa representação delas nas instâncias decisórias e as trajetórias políticas diversas que conformam a vida política feminina evidenciam a necessidade de explorar as nuances de suas carreiras e os impactos dessas na sua atuação parlamentar e no seu futuro político.

Em relação as carreiras políticas das esquerdas e direitas, Marengo e Serna (2007) articulam duas hipóteses, quais sejam: as diferenças nos padrões de carreiras políticas entre os partidos desses espectros poderiam ser explicadas pela variação do perfil social e pelos recursos individuais dos candidatos eleitos, sendo que políticos de esquerda recrutam suas bancadas em grande parte pelo setor público, na classe média assalariada, entre lideranças sindicais e de movimentos sociais, na busca de sanar possíveis carências de recursos financeiros e familiares, construindo carreiras endógenas ligadas aos partidos. Enquanto políticos de direita são recrutados a partir de extratos mais elitistas da sociedade, compondo os quadros políticos pessoas ligadas a um capital mais tradicional, independente de afiliação partidária e profundamente conectado a frações médias e altas da sociedade.

Em termos gerais, as hipóteses desses autores conjugam a mesma perspectiva testada por Miguel, Marques e Machado (2015) de que mulheres de direita estariam mais ligadas a relações familiares e trajetórias elitistas, enquanto aquelas da esquerda se valeriam dos caminhos trilhados em movimentos sindicais ou posições administrativas dentro dos partidos políticos. A articulação do capital econômico e político dentro da disputa eleitoral teria um peso

² “(...) Quem quer que entre para a política, assim como alguém que ingresse em uma religião, deve operar uma transformação, uma conversão. Mesmo que esta não lhe apareça como tal, mesmo que não tenha consciência disso, ela lhe é tacitamente imposta, e a sanção em caso de transgressão e o fracasso ou a exclusão. Trata-se, portanto, de uma lei específica e que constitui um princípio de avaliação e eventualmente de exclusão. Um índice, o escândalo: quem entra para a política se compromete tacitamente a eximir-se de certos atos incompatíveis com sua dignidade, sob pena de escândalo” (BOURDIEU 2011, p. 195).

predominante na seleção das eleitas e do sucesso de suas carreiras políticas, uma vez que tais ativos seriam essenciais para se distinguirem na competição por votos.

Tendo como base a perspectiva de que a representação de grupos minoritários se correlaciona muito mais com a escolha dos partidos políticos pelos seus candidatos e as providências institucionais que eles tomam para fomentar suas candidaturas, do que pelo voto dos eleitores (uma vez que a preferência eleitoral responde a incentivos organizacionais), é de se esperar que as eleitas estariam concentradas em grupos partidários que melhor operacionalizassem oportunidades, ou ao menos, que não agissem para impedir que capitais externos àqueles fornecidos pelo partido exercessem sua função (FOLKE; RICKNE, 2016).

Nas pesquisas nacionais, podemos notar que os partidos de esquerda são plataformas que melhor administram candidaturas femininas, contudo, a diferença não é grande entre os partidos do centro e da direita. A sobrevivência eleitoral também é maior na esquerda, visto que o capital emprestado dos partidos políticos consolidam de maneira mais apropriada tais trajetórias (ARAÚJO, 2010; ARAÚJO; ALVES, 2007; MARQUES, 2010; MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015; PINTO; SILVEIRA, 2018; WYLIE, 2018).

O cenário de trajetórias políticas no Brasil é o seguinte: não há diferenças profundas entre as carreiras masculinas e femininas, havendo a conjunção de variados capitais, tal como o uso da influência familiar e o fortalecimento dentro de instituições políticas, mas a percepção desses capitais pode ser distinto e o uso deles frente as regras institucionais acabam por privilegiar os homens (ARAÚJO, 2010; ARAÚJO; BORGES, 2013). Esse também é o entendimento em outros países da América Latina (SCHWINDT-BAYER, 2011)³ e, ainda, nos Estados Unidos (PRAINO; STOCKEMER, 2018)⁴. A diferença entre as carreiras está, portanto, na forma que esses capitais se transformam em cargos, ou seja, como as instituições filtram os candidatos, articulam sua competição e determina quem sai vitorioso.

³ Na Argentina, Colômbia e Costa Rica, conclui a autora, homens e mulheres são mais similares que nunca em suas trajetórias políticas, ambições e caminhos para o poder. Características de ordem pessoal, como idade, casamento, filhos e grau educacional são compartilhados por ambos os gêneros. Ainda, não parece haver uma mudança visível na arena política uma vez que mulheres a ocupam. Ao fim, lógicas institucionais geram mais influência na presença/ausência de mulheres nesses países do que de ordem social (SCHWINDT-BAYER, 2011).

⁴ Nos Estados Unidos, os autores indicam que a sub-representação feminina está conectada um sistema rígido e estático que impede o rompimento do teto de vidro da incumbência, ou seja, mulheres não conseguem acessar carreiras políticas longevas por conta das inúmeras restrições institucionais e sociais que as impedem. Contudo, a pesquisa mostra que quando elas conseguem ultrapassar esses obstáculos, a vida política é tão longa quanto a masculina. Em termos gerais, as carreiras femininas possuem tanto sucesso quanto as masculinas, uma vez que conseguem romper o teto de vidro, restando o questionamento de como quebrar esse obstáculo (PRAINO; STOCKEMER, 2018).

É dentro desse panorama que as carreiras femininas serão estudadas aqui. Pretende-se compreender quais os grupos que as eleitas se filiam, em quais quadros partidários as mulheres possuem melhor capacidade de penetrar dentro de posições de poder na Câmara Federal, perpetuando na trajetória política e assegurando espaços estratégicos de controle da agenda. A abordagem aplicada neste resgata muitas características de pesquisas biográficas já realizadas sobre a trajetória de mulheres na política, entretanto, inova ao articular uma organização de capitais diferentes, produzindo grupos diversos e definidos dentro de aspectos singulares, uma metodologia exploratória que permite visualizar as diferenças entre as carreiras de forma facilitada e amplia o escopo da pesquisa para a eleição de 2018.

O artigo está dividido em cinco partes, sendo a primeira uma apresentação do método de pesquisa e a ferramenta que utilizamos para analisar os relacionamentos institucionais. A segunda parte compreende a construção da nossa tipologia em relação as trajetórias políticas das deputadas federais, enquanto na terceira observamos os dados descritivos retirados da nossa pesquisa. Depois, temos na quarta parte as análises sobre as trajetórias e como elas se relacionam institucionalmente. Por fim, consideramos os avanços e obstáculos presentes nesta pesquisa e delimitamos novas fronteiras de investigação.

Sobre o método prosopográfico e o uso da análise de correspondência múltipla

A prosopografia, conhecida também como biografia coletiva ou análise de carreiras tem como origem a História, como disciplina. O objetivo principal é coletar informações acerca do histórico pessoal do indivíduo, tais como relações de parentesco, cargos ocupados ao longo da vida, datas relevantes, enfim, tudo que possa dar indícios da vida do objeto para então compreender as implicações desses atores na estrutura política. A partir desses dados, podemos obter a dimensão da ação política desses personagens e também de mudanças sociais nos grupos que compõe a sociedade (STONE, 2011).

Logo, para Stone (2011), a prosopografia tem como objetivo “(...) *dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior*”. Seguindo esses pressupostos, os dados aqui compilados conseguiram avaliar questões de valores e símbolos transpostos da sociedade para instituição por meio do processo eleitoral, subsidiando nossa abordagem teórica.

Na Ciência Política o método em questão é amplamente utilizado para a pesquisa de elites políticas que conformam determinadas estruturas no aparato institucional, seja ele político

ou até mesmo empresarial, observando os aspectos da vida pessoal dos indivíduos na busca de estruturar trajetórias que alcancem determinado ponto. Conforme Flávio Madureira Heinz (2006), os estudos das elites por meio da biografia coletiva reafirmaram a importância e o rigor metodológico dos estudos nessa área, tanto na História, quanto nas Ciências Sociais.

A prosopografia como estudo das elites foi progressivamente ampliando suas aplicações nas mais diversas áreas do conhecimento. Isso porque garante ao pesquisador uma análise diacrônica que permite a comparação de variados períodos e o próprio movimento dos indivíduos entre grupos que conformam ou não ambientes da elite. Conforme dispõe Heinz e Codato:

Prosopógrafos, entretanto, descrevem as propriedades sociais de grupos em perspectiva diacrônica, comparando períodos e monitorando alterações. É essa operação, a comparação das propriedades e atributos de coletividades no tempo e suas modificações estruturais, a característica central do método prosopográfico. A prosopografia pode ser, assim, uma alternativa para se estender a análise da atuação de elites políticas e grupos dirigentes a períodos de tempo mais recuados, permitindo obter ganhos explicativos no desvelamento de padrões de comportamento político, de reprodução e/ou renovação de famílias ideológicas e na explicitação de continuidades e recorrências de longa duração na sociedade e na política (HEINZ; CODATO, 2015, p. 251).

Ainda, os autores ressaltam a existência de lacunas no processo de produção dos bancos de dados desse método, sendo assim responsabilidade do investigador o reconhecimento desses limites e a produção de complementos que possam subsidiar mais informações para a satisfatória construção das biografias. Nossas principais fontes de pesquisa foram os bancos catalográficos sobre a vida das deputadas federais, tais como o Repositório Biográfico da Câmara Federal, as Radiografias do Congresso, organizadas pelo DIAP e o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC-FGV). Conforme discutido anteriormente, em alguns momentos há existência de lacunas nas biografias das deputadas, sendo necessário a complementação dessas narrativas em repositórios distintos.

A Análise de Correspondência Múltipla (*Multiple Correspondence Analysis* – MCA) é uma técnica de pesquisa comumente utilizada para explorar aspectos de aproximação ou afastamento de respondentes em um survey ou para comparar biografias em um contexto coletivo. O MCA é aplicado em tabelas com indivíduos como linhas e variáveis categóricas em colunas, podendo também analisar variáveis contínuas. Não se trata de um método matemático inovador, uma vez que faz uso de aspectos da análise fatorial, mas sem dúvidas oferece uma

oportunidade visual de exposição dos dados (DANTAS *et al.*, 2017; HUSSON; LÊ; PAGÈS, 2017; MARTINS; DONADONE, 2018).

A partir dessa técnica podemos levantar importantes questionamentos, tais como: quais são as trajetórias políticas dentro do universo estudado mais similares (ou distintas)? Esses indivíduos são consistentes em termos dos grupos analisados? A partir dessa lógica exploratória, a distância calculada entre as observações podem inferir que dois indivíduos que respondem igualmente nas mesmas categorias estão mais próximos, mas se um deles tiver uma resposta, entre as iguais, profundamente diferente dentro daquele universo de respondentes, ele poderá ocupar uma posição afastada e, portanto, levantar prognósticos em relação ao seu pertencimento aquele grupo estudado (HUSSON; LÊ; PAGÈS, 2017).

Conforme Dantas *et al.* (2017) aponta, esse método constitui como vantagem a possibilidade de se avaliar visualmente a distribuição dos indivíduos em relação as variáveis dispostas a fim de compreender se as diferenças são ou não aleatórias entre os respondentes. As nuvens construídas a partir dos dados podem evidenciar cruzamentos de dados que, em termos de compreensão, tornam-se muito mais simples. Porém, torna-se fundamental ressaltar que o uso desta técnica possui limites bem definidos pela literatura, justamente por encontrar percalços na generalização de hipóteses, sendo mais comumente usada em pesquisas exploratórias como esta que se desenvolveu (ROSSIER, 2019).

Classificando trajetórias políticas: capital político, familiar, midiático e religioso

Pesquisas biográficas costumam utilizar a abordagem de campo, desenvolvida por Pierre Bourdieu, que permite adequar a trajetória dos investigados dentro de um quadro relacional de poder. Assim, para identificar e classificar as mulheres que acessaram a Câmara Federal, passamos a compreender o conceito de campo político e dos capitais que se articulam nas carreiras políticas. O campo, para o autor, é um pequeno microcosmo que contém uma variedade de processos e entendimentos do mundo externo, mas articulados e revestidos de uma forma particular, delimitados pelos próprios membros. Está na origem dessa estrutura e nos desdobramentos que seus membros a conferem a partir de suas trajetórias, as lógicas intrínsecas de funcionamento, permissão e exclusão (BOURDIEU, 2011). Conforme preleciona:

(...) campo político como um lugar em que certo número de pessoas, que preenchem as condições de acesso, joga um jogo particular do qual os outros estão excluídos. É importante saber que o universo político repousa sobre uma exclusão, um desapossamento. Quanto mais o campo político se constitui, mais ele se autonomiza, mais se profissionaliza, mais os profissionais tendem

a ver os profanos com uma espécie de comiseração (BOURDIEU, 2011, p. 197).

Portanto, e isso é fundamental na análise sob a perspectiva de campo, o acesso desigual ao campo político não pode ser remetido a uma naturalização, tal como os teóricos do elitismo o fazem, mas sim observado como um mecanismo das regras e procedimentos que constituem o respectivo campo. Enquanto esses (os elitistas⁵) entendem a política a partir de uma formação de oligopólio dentro das organizações (partidos políticos, governos, parlamento), Bourdieu propõe que analisemos o acesso a partir da apropriação e uso de capitais que distinguem os políticos da população comum, uma vez que essa dicotomia é constitutiva do campo.

Dessa forma, partimos da premissa que não basta reconhecer o eleitorado de um político ou sua base social, mas também a conjunção deles no seu próprio campo. Para Bourdieu, a análise do coletivo que integra o campo é essencial para compreendermos a posição que o indivíduo ocupa, visto que ela também auxilia no entendimento de suas ações. Analisar biografias de maneira coletiva é, também, visualizar a imagem do todo, evidenciando o processo de formação de uma mudança de paradigma ou reprodução da estrutura.

A perspectiva bourdieusiana de campo, capital e *habitus* nos permite entender de maneira mais acurada a profissionalização política. O campo, segundo Bourdieu (1983), pode ser entendido como um espaço de jogo social onde os agentes e as instituições lutam pela posse do capital específico desse campo. No caso do campo político, esses capitais podem ser o apoio popular, o acesso a instituições políticas, ou recursos monetários e financeiros, entre outros.

⁵ A análise das elites tem origem em trabalhos seminais de teóricos como Vilfredo Pareto, Gaetano Mosca e Robert Michels, referidos muitas vezes como os elitistas clássicos. As suas teorias foram fundamentais para moldar o nosso entendimento das estruturas de poder e da desigualdade social e política. Vilfredo Pareto é conhecido pela sua teoria da circulação das elites, que propõe que as sociedades são governadas por uma minoria (a elite), que detém a maioria do poder e da riqueza. Segundo Pareto, a elite está em constante fluxo, com indivíduos ascendendo e descendendo dentro da sua estrutura. Entretanto, esta mobilidade não altera o fato de que é sempre uma minoria que detém o poder. Essa concepção contribui para a naturalização da desigualdade, pois a desigualdade é vista como uma característica intrínseca das sociedades, independentemente das mudanças na composição da elite. Gaetano Mosca, por outro lado, argumentava que a dominação da elite era baseada na organização. Segundo Mosca, a elite mantém o poder porque é melhor organizada do que as massas. Mosca também acreditava que a desigualdade é um fato natural, inevitável e, de certo modo, necessário para a eficiência das sociedades. Robert Michels, famoso pela sua "lei de ferro da oligarquia", afirmava que todas as organizações, mesmo as mais democráticas, tendem a se tornar oligarquias. A ideia central aqui é que os líderes das organizações ganham poder à medida que as organizações crescem e se tornam mais complexas, o que leva à concentração do poder e à desigualdade. Tal como Pareto e Mosca, Michels via a desigualdade como uma característica inescapável das sociedades. Assim, os elitistas clássicos contribuíram para a compreensão da desigualdade como um fenômeno natural e inevitável, baseado na premissa de que algumas pessoas ou grupos são mais aptos, organizados ou estratégicos para assumir posições de liderança. Apesar dessas teorias serem alvo de várias críticas e revisões, elas continuam a influenciar o pensamento sociopolítico atual, permitindo-nos entender melhor as dinâmicas de poder e desigualdade na sociedade.

A profissionalização política, neste contexto, envolve uma maior concentração desses capitais políticos, e se manifesta através da habilidade de um indivíduo ou grupo em operar efetivamente dentro desse campo. Por outro lado, esse processo também sugere a existência de barreiras para aqueles que não possuem esses capitais ou não sabem como utilizá-los. Isso é exemplificado pela dificuldade de mulheres em entrar e permanecer no campo político, como discutido em nossos exemplos anteriores.

O capital, por sua vez, representa os recursos que um agente possui e pode usar para se posicionar no campo. No campo político, o capital pode assumir várias formas, como poder político, capital econômico, capital cultural (como o conhecimento sobre o funcionamento do campo político), e capital social (como as redes de contatos e conexões políticas).

Finalmente, o *habitus* refere-se a um conjunto de disposições duradouras que os indivíduos adquirem por meio de sua socialização e que orientam suas ações e percepções. O *habitus* político é moldado pelos capitais que um indivíduo possui e pelas estruturas do campo político em que ele opera. A profissionalização política pode ser vista como uma mudança no *habitus* político, na medida em que envolve a aquisição de disposições e habilidades que aumentam a eficácia de um indivíduo no campo político. Em suma, o conceito em questão se refere ao conjunto de disposições duradouras que norteiam as ações dos sujeitos e sua interpretação do mundo. A interação entre o campo político e o *habitus*, conforme proposto por Bourdieu, é que o *habitus* é um elemento que afeta a posição que um sujeito assume no campo político. A localização de um sujeito nesse campo é definida pela quantidade e qualidade dos recursos que ele detém e que são pertinentes. Tais recursos podem abranger capital econômico, cultural e simbólico. O *habitus* influencia a maneira como os sujeitos empregam esses recursos e, conseqüentemente, sua localização no campo (SETTON, 2002).

Ademais, a posição de um sujeito no campo político também exerce influência sobre o seu *habitus*. Isso impacta suas vivências e interações, o que por sua vez modela seu *habitus*. Por exemplo, um político que detém uma posição de poder em um campo político específico pode desenvolver um *habitus* que realça a necessidade de preservar e ampliar seu poder e influência. Em resumo, a interação entre campo político e *habitus* em Bourdieu é que o *habitus* afeta a posição que um sujeito assume no campo político, ao passo que a posição de um sujeito no campo político afeta seu *habitus* (SETTON, 2002).

Ao analisarmos a profissionalização política através do prisma de campo, capital e *habitus*, podemos entender melhor como certos grupos (como as mulheres) podem ser desfavorecidos, e como os recursos políticos são distribuídos e utilizados dentro do campo

político. Assim, esses conceitos nos permitem visualizar o campo político como um espaço dinâmico e relacional, onde as estruturas e os agentes estão em constante interação.

Escrever que o campo político é avesso a participação feminina, mesmo que quase 90 anos após o sufrágio feminino, pode parecer estranho. Do ponto de vista liberal, se compreendermos que as oportunidades políticas são iguais e que todos competem em paridade de armas, beiraríamos ao proselitismo acadêmico. Entretanto, nada como a realidade política para nos afirmar o lento processo de abertura da esfera pública para mulheres, criando muito mais obstáculos do que facilitadores. Aqueles que deram origens as instituições políticas no Brasil (e no mundo), articulam-se de tal forma que o profano, a estranha figura feminina que ameaça a ordem que desejam perpetuar, é repetidamente afastada, atacada, na busca de provar o seu não lugar.

Mas, então, o campo é fadado ao fechamento? Mulheres nunca serão aceitas como tal, sem se dobrar pelas regras do campo político masculino? A resposta a essas perguntas está nos parlamentos que romperam com a segregação de gênero, seja pela adoção de políticas públicas efetivas, tais como as cotas, ou pela mudança social que afetou diretamente o campo político, uma vez que se opere uma mudança de paradigma e a totalidade masculina passe a ser questionada e transformada⁶. Bourdieu pontua que o campo não pode se autonomizar completamente justamente por estar subordinado as pessoas externas a ele, os eleitores no caso da política. Se há uma mudança na constituição dos membros do campo, um desafio as regras impostas na origem e, conseqüentemente, a ruptura com a reprodução dos valores masculinos, então sim, o campo político se torna aberto ao feminino, sem subvertê-lo. Segundo o autor:

Quanto mais um campo é autônomo e instalado em sua autonomia, mais essa questão do fundamento último do campo é ocultada, esquecida, mas pode ocorrer uma revolução científica que recoloca as fronteiras em questão, o que Kuhn chama de “mudanças de paradigmas”. São situações nas quais novos ingressantes mudam de tal maneira os princípios de pertencimento ao campo que pessoas que antes faziam parte dele agora já não fazem mais, são desqualificadas, e pessoas que dele não faziam parte agora fazem (BOURDIEU, 2011, p. 202).

O campo político, segundo Pierre Bourdieu, não é um espaço isolado, mas está imerso em um contexto social maior e é influenciado pelas interações com outros campos, incluindo

⁶ A *Inter-Parliamentary Union* realiza um acompanhamento em relação a quantidade de mulheres de todos os parlamentos do mundo, estruturando hierarquicamente aqueles que conseguem maior número relativo e absoluto de deputadas mulheres em suas fileiras. Os países que ocupam os primeiros lugares (Ruanda, Cuba, Bolívia, México e Suíça) possuem índices próximos ou maiores que 50%. Essas realidades precisam ser analisadas, principalmente as ligadas à América Latina. Mais informações em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>.

aqueles considerados profanos. As regras e estruturas desse campo são reproduzidas e legitimadas, em grande parte, pelas percepções e ações dos indivíduos que operam dentro dele. No entanto, isso não significa que essas regras sejam estáticas ou inquestionáveis. Pelo contrário, o campo político é constantemente disputado e reformulado através de lutas pelo poder e pelo capital. No caso da marginalização feminina no campo político, podemos entender que a subrepresentação das mulheres não é uma característica fixa, mas é produto de dinâmicas de poder específicas que favorecem os homens. Isso inclui práticas e normas culturais arraigadas, assim como formas estruturais de desigualdade de gênero. Por exemplo, o campo político pode ser dominado por uma 'visão masculina' que valoriza certos tipos de capital (como o poder, a agressividade ou a competência técnica) sobre outros (como a cooperação, o cuidado ou a sensibilidade emocional).

No entanto, justamente porque o campo político está em constante fluxo e é permeado por disputas, essas condições não são absolutas ou imutáveis. A entrada de mais mulheres no campo político, por exemplo, pode levar à reavaliação das normas e práticas existentes, assim como à valorização de diferentes tipos de capital. Além disso, a pressão externa (por exemplo, do campo dos movimentos sociais) pode forçar mudanças nas regras e práticas do campo político. Portanto, embora a marginalização feminina seja uma realidade presente no campo político, ela não é uma condição absoluta e imutável. O campo político é um espaço de luta e negociação, onde diferentes atores e forças lutam pela definição das regras do jogo e pela posse do capital específico do campo. E é nessa dinâmica que reside a possibilidade de transformação e de desafio à marginalização das mulheres.

Mas como se opera essa mudança de paradigma? A partir do acúmulo de capital político por parte das mulheres. Bourdieu indica que a dominação masculina atua a partir de um capital simbólico que retira condições de igualdade entre os sexos. Homens impuseram nas instituições que fundaram um simbolismo que opera na dominação do feminino pelo masculino. Regras, procedimentos, padrões, tudo isso corresponde a uma lógica de reprodução masculina que opera simbolicamente em desfavor da mulher. E essa dominação não necessita de razão, visto que é padrão, naturalizada socialmente dentro das estruturas públicas formadas pelo masculino.

Mulheres são impedidas de acumular capital político porque estão imersas em um sistema de violência simbólica que imprime uma desigualdade fundamental, retirando-as da competição política justa. O capital político é disputado e conquistado por elas a partir do rompimento com essas violências e pela captura de espaços comumente masculinos, tais como sindicatos, lideranças de movimentos sociais e afins. Há outras formas de capital que também

se transformam, quando operacionalizados, em capital político. São a partir dessas lógicas que empreenderemos no estudo coletivo de biografias das mulheres deputadas federais.

Entende-se como capital político aquele conjunto de atividades que se estruturam dentro de um campo da ação, ou fazer político. Movimentos Sociais, Sindicalismo, cargos burocráticos dentro de partidos políticos e da administração pública, movimentos estudantis e até mesmo a luta armada, são considerados capital político. A origem da parlamentar em face de qualquer um desses subgrupos subentende que em sua trajetória foi permeada pela consolidação de valores do campo político, possivelmente as aproximando de contextos mais tradicionais da disputa eleitoral e da prática política institucional.

Para nossa análise, o capital político é dividido em 4 fatores distintos: o administrativo, que corresponde a mulheres que conquistaram seus cargos a partir da ocupação de posições burocráticas dentro das agremiações ou administração pública; sindical, para aquelas que ocuparam cargos de liderança em sindicatos (seja de qual classe for); movimentos sociais, observando deputadas eleitas a partir do seu envolvimento em manifestações ou estruturas sociais de luta por reconhecimento de direitos; e movimento estudantil, preferencialmente aquelas que perfilaram em agremiações estudantis, como grêmios, UNE e afins. Os últimos dois foram diferenciados por conta das implicações futuras que movimentos sociais e estudantis oferecem.

O capital familiar corresponde a associação da eleição as relações de parentesco ou casamento. É importante ressaltar que esse capital não é exclusivo e nem mesmo preponderante às carreiras parlamentares de mulheres. Faz parte de uma situação comum no Brasil, em que elites políticas são formadas pela tradição do poder político dentro da família. A diferença, conforme aponta Bourdieu (2010), está na dimensão dessa herança, pois enquanto os homens recebem o poder político de seus pais e avôs, as mulheres receberiam a partir de seus maridos, devido a sociedade patriarcal e como essa opera no mundo político. Nesta pesquisa utilizamos a palavra “Familiar” para identificar a relação.

O capital religioso está ligado a emergência da religião como passaporte eleitoral, uma vez que líderes religiosos se organizam a fim de fazer valer suas opiniões a níveis governamentais. Em um país de tradição católica como o Brasil, carreiras orientadas a partir de bases religiosas costumavam ocorrer dentro de pastorais e comunidades eclesiais que fomentassem, de forma auxiliar, movimentos sociais. Com o crescimento do neopentecostalismo, a partir da constituinte, grupos de poder dentro das principais igrejas dessa orientação começaram sua trajetória para dentro da política. A partir da conversão de fiéis em

eleitores, o capital religioso tem grande predominância nas carreiras políticas a partir de 2002, devido aos acordos políticos firmados entre o Partido dos Trabalhadores e lideranças religiosas/políticas que, rapidamente, ocuparam cargos em seus governos. Nesta pesquisa utilizamos a palavra “Religião” para identificar a relação.

Por fim, o capital midiático compreende aquelas deputadas cuja trajetória está ligada a ocupação profissional de apresentadoras de televisão, radialistas ou qualquer função que tenha exposição da imagem. Esse capital teve crescimento com as eleições de 2018, principalmente por conta da internet e o compartilhamento em massa de mensagens. A “viralização” foi utilizada como manobra eleitoral. Nesta pesquisa identificamos como “mídia”. Abaixo, esquematizamos os capitais que serão transformados em grupos de carreira política:

Tabela 1 - Grupos (capitais) de Carreiras das Deputadas Federais Esquematizado

Grupo	Descrição	Análise
Administrativo	Carreiras dentro de órgãos públicos, burocracia em partidos políticos ou ocupação em cargos chaves nas administrações dos três poderes.	Ocupação de posições burocráticas dentro das agremiações ou administração pública, como secretariado, dirigentes partidárias, ou qualquer cargo relacionado a burocracia dos três poderes.
Sindical	Cargos de liderança em sindicatos do trabalhador ou patronais.	Ocupação de cargos de liderança em sindicatos (seja de qual classe for), seja como dirigente ou qualquer cargo de projeção dentro dessas instituições.
Movimentos Sociais	Cargos de liderança em movimentos sociais diversos.	Envolvimento em manifestações ou estruturas sociais de luta por reconhecimento de direitos, em todo o espectro político.
Movimentos Estudantis	Cargo de liderança em organizações estudantis, tais como a UNE, grêmios estudantis, DCEs de Universidades e afins.	Ocupação em cargos chaves em agremiações estudantis, como grêmios, centros acadêmicos, UNE e afins.
Familiar	Relações familiares (pai/mãe, irmãos/irmãs, tios/tias, primos/primas/, avós/avós, maridos e esposas) com indivíduos detentores de cargos eletivos.	Identificação de relações de parentesco com políticos e políticas já constituídos na vida pública, com o uso do nome e do capital político.
Religioso	Carreira com origem em lideranças religiosas, principalmente neopentecostais.	Identificação de relações com grupos religiosos que promoveriam a candidata politicamente pelo seu envolvimento com setores confessionais.
Midiático	Carreira com origem na exposição da imagem a partir de canais de televisão ou, mais recentemente, em	Identificação de relações com a televisão, rádios e outros meios de comunicação,

redes sociais sem envolvimento com movimentos sociais.	incluindo redes sociais para o fim de comunicação.
--	--

Fonte: Criação própria

Por fim, é necessário ressaltar que a categorização foi feita a partir dos dados disponíveis on-line, seja pelo repositório de biografias do CPDOC/FGV, ou a partir de entrevistas, reportagens investigativas e biográficas, sites pessoais e documentos oficiais, como Diário Oficial da União. Conforme já relatado em outras pesquisas, quando lidamos com informações a nível biográfico, nem mesmo entrevistas são suficientes para traduzir a realidade exata dos fatos. Desse modo, um alerta é necessário, pois partimos de uma lógica relacional, em que a categoria só foi definida a partir da relação entre diferentes repositórios de dados e somente quando outros fatores eram excluídos. Ou seja, se a trajetória de determinada deputada federal nos leva a categorizar mais de um capital, levamos em consideração tal duplicidade e levantamos essa situação. Esse cuidado foi tomado principalmente em relação ao capital familiar, para que não houvesse superestima dos laços familiares e, conseqüentemente, um apagamento da trajetória política dessa deputada federal, visto que é possível que um ocorra sem determinação da outra.

Ao todo foram 260 entradas de mulheres analisadas, correspondendo a 5 legislaturas distintas (2003 a 2018), mas em cada termo que ela consegue se reeleger, é considerado uma entrada no banco de dados (com seus dados atualizados frente ao declarado na competição eleitoral daquele ano). Essa escolha se deve a necessidade de averiguar separadamente o influxo eleitoral a cada legislatura⁷.

Colhemos dados sobre o ano da legislatura, nome da deputada federal, se possui biografia no CPDOC/FGV, Estado pelo qual foi eleita, região pela qual foi eleita, gasto máximo de campanha e financiamento, patrimônio (quando disponível), classe social, profissão, idade, grau de escolaridade, curso de graduação (quando disponível), cor (declarada e heteroidentificadas), posições eletivas ocupadas antes daquela eleição, reeleição (sim ou não), posição de liderança na Câmara Federal ao longo daquela legislatura (acumulável em reeleições), ocupação de cargos ministeriais, posição de liderança em comissões parlamentares permanentes, se possui familiares na política (até terceiro grau), se possui casamento com figura política e a identificação do grupo ao qual pertence tendo em vista a explicação sobre capitais anteriormente.

⁷ Dados constam nos anexos.

A carreira política feminina na câmara federal do Brasil de 2002 a 2018

A análise da carreira política feminina no Brasil de 2003 a 2018 pode fornecer informações significativas sobre os valores e princípios que moldam essas trajetórias, influenciando assim uma variedade de agendas políticas no parlamento. Ao avaliar suas biografias de uma perspectiva coletiva, compilamos informações que permitiram categorizar as deputadas federais em sete tipos distintos, com base em características identificadas em suas histórias analisadas nos repositórios de biografias⁸.

Iniciamos a análise destacando um importante ponto, a predominância da *trajetória familiar*. Essa trajetória envolve mulheres com vínculos familiares diretos e colaterais (como pais, avós, irmãos) ou filiação (através de casamento) com políticos, dando origem à tradicional estrutura da política brasileira conhecida como familismo. Para serem classificadas nesse contexto, é essencial que a biografia demonstre que tal relação existia antes do ingresso na carreira política e que a deputada não tenha ocupado anteriormente um cargo eletivo. Casos em que o casal segue a mesma trajetória e são eleitos para os mesmos cargos ou para posições diferentes não se enquadram na categoria de relação familiar. Em outras palavras, essa trajetória só é possível na ausência das demais.

Esse tipo de carreira política familiar compreende 95 trajetórias, ou 36,5% do total registrado em nosso banco de dados. Dessas, 32 são resultantes de casamentos e as demais 63 envolvem parentes próximos na política. Além disso, 88 destas deputadas são autodeclaradas brancas, enquanto apenas 7 se identificaram ou foram identificadas como não-brancas. Este grupo também apresenta uma das maiores médias de longevidade na carreira, indicando que este tipo de capital tende a produzir carreiras firmemente estabelecidas na cena política. Notou-se um crescimento considerável ao longo dos anos, com o número de mulheres neste tipo de carreira mais que dobrando entre 2002 e 2018.

A trajetória Administrativa surge quando fatores institucionais estão presentes na carreira feminina, como a ocupação de cargos públicos comissionados e a progressão em cargos burocráticos nas administrações políticas, dentro e fora dos partidos. Esta é a segunda carreira com maior número de participantes, com 52 deputadas federais (20%). Dessas, a maioria é branca (47), e apenas 5 são não-brancas. As carreiras dessas deputadas costumam ser relativamente longas. Observa-se no gráfico que de 2002 a 2012 houve uma diminuição de

⁸ Os dados demográficos estão no anexo.

mulheres pertencentes a essa trajetória, mas esse número cresceu expressivamente na legislatura seguinte, superando a quantidade observada em 2022.

No que diz respeito à trajetória do Movimento Estudantil, a deputada deve ter ocupado, em algum momento anterior à sua candidatura, cargos em instituições estudantis como UNE, UEE, UBES, DCEs de Universidades ou Grêmios Estudantis de Ensinos Médio. Esta trajetória está fortemente ligada ao período de repressão democrática de 1964 a 1985 no Brasil, quando a Ditadura Militar perseguiu e desmantelou muitas dessas estruturas. Jovens que se opuseram a esse regime excepcional, articulando-se dentro do movimento estudantil, por vezes chegaram a ingressar na luta armada e em organizações revolucionárias. São 33 (12,7%) mulheres pertencentes a essa trajetória, das quais 24 são brancas e 9 não-brancas. Esta é a trajetória com a segunda maior quantidade de mulheres pretas, indígenas, pardas e amarelas.

Os Movimentos Sociais caracterizam-se como carreira quando a deputada pertence a uma organização com atuação social em alguma área da sociedade, seja na proteção de diversos direitos ou na atuação cotidiana em variadas pautas (progressistas ou conservadoras). Este é o quarto maior grupo, com 22 (8,5%) deputadas federais, 18 brancas e 4 não-brancas. Também se notou um aumento expressivo após 2014, devido às manifestações iniciadas em 2013, que influenciaram a formação de novos grupos sociais conservadores a partir das manifestações pelo impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff e as organizações sociais que tomaram as ruas em favor da candidatura do atual presidente Jair Bolsonaro.

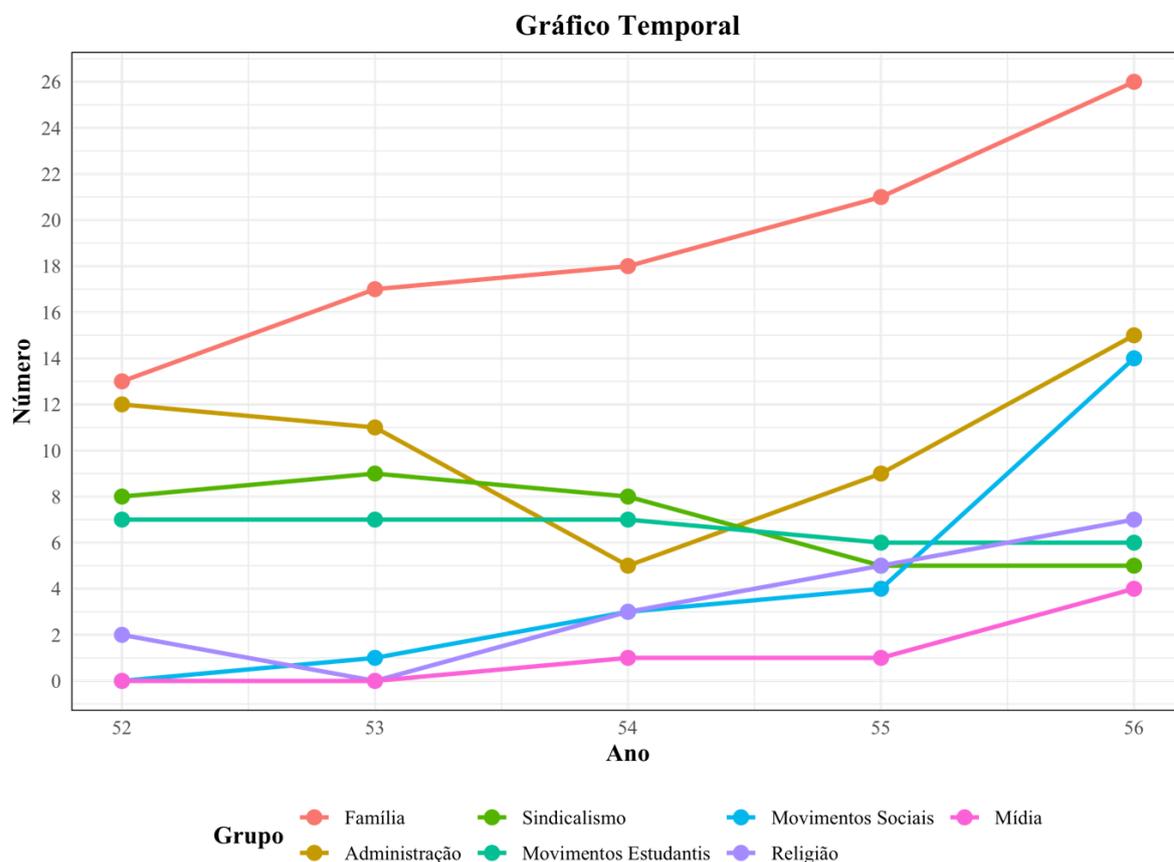
A carreira na Mídia pode ser considerada um tipo recente, dado que a massificação dos meios de comunicação, como televisão e internet, alcançou seu auge no início do século XXI. Contudo, o crescimento desta trajetória não está vinculado apenas a figuras expostas nos veículos de comunicação, mas também a candidatas que alimentaram suas candidaturas em um contexto de contestação das instituições. Esta trajetória possui 6 representantes, quatro delas na legislatura mais recente.

A carreira ancorada na Religião envolve pastoras ou personalidades religiosas que atrelaram suas candidaturas à imagem de suas convicções confessionais. Com 17 integrantes (6,5%), 11 brancas e 6 não-brancas, este grupo tem um histórico fraco de reeleição e de ocupação anterior em outros cargos eletivos. Porém, o gráfico mostra um crescimento expressivo no número de mulheres ligadas a esta carreira, mais que triplicando de 2002 a 2018.

Por fim, o Sindicalismo envolve a ocupação de cargos de liderança dentro de instituições sindicais. É o quarto maior grupo desta análise, com 35 deputadas federais (13,4%), 20 brancas e 15 não-brancas. Apesar de sua presença expressiva anterior na Câmara Federal e de uma

longevidade relativa, este grupo sofreu um desgaste ao longo dos anos, com 8 mulheres em 2002 e caindo para 5 em 2018. Todos esses dados estão sistematizados no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 - Tipos de Trajetórias de Mulheres Deputadas Federais entre a 52^a e 55^a Legislatura



Fonte: Dados do autor, N = 260

Quando contraposto por região, as carreiras políticas Administrativa e Familiar se concentram no Norte e Sudeste. Movimentos Sociais são mais propensos a elegerem mulheres na região Sudeste, enquanto o Sindicalismo tem números similares entre o Nordeste e o Sudeste. O Movimento Estudantil está mais ligado ao Sudeste e Sul, enquanto carreiras ligadas a Mídia tem maioria na região Sudeste.

Quanto à Ideologia, o tipo Administrativo está distribuído quase que igualmente entre os três espectros aqui identificados. O Familiar tem notável concentração nos espectros do centro (40) e na direita (35), sendo que a esquerda os acompanha relativamente abaixo (20). Na Mídia temos 4 deputadas de direita e 2 de esquerda. No Movimento Estudantil temos quase todas as deputadas na esquerda (30) e apenas 3 no centro. Em Movimentos Sociais a distribuição concentra 10 mulheres na direita, 8 na esquerda e 4 no centro. A Religião congrega

11 na direita, quatro na esquerda e 2 no centro. Por fim, o sindicalismo repete os Movimentos Estudantis e concentra 28 deputadas na esquerda, 6 na direita e apenas 1 no centro.

De modo geral, dada as devidas proporções desta pesquisa, alguns padrões de investigações anteriores são reproduzidos. Estudos anteriores mostraram que em comparação com os homens, mulheres tendem a ter sua carreira, quando Familiar, pautada nas projeções de seus maridos (PINTO; SILVEIRA, 2018). Aqui, os resultados mostram que o papel familiar é fundamental para uma boa parte das trajetórias femininas, sendo que casamentos consolidam pouco mais de 1/3 dessas. Isso corresponde ao número total de mulheres que adentraram a Câmara Federal e, portanto, as diferenças com os demais estudos são referentes ao recorte utilizado. O constante crescimento da trajetória Familiar já foi levantado como um indício de que a competição eleitoral estaria engessada entre oligarquias familiares. Em localidades com pouca competição partidária e concentração de recursos políticos e econômicos nas mãos de algumas famílias, mulheres teriam mais capilaridade em candidaturas competitivas visto que representariam seus maridos ou familiares em instância federal (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015).

A matemática dessa ocupação é bastante simples, enquanto o governo local é comandado pelos parentes ou companheiros de casamento, a interlocução federal garantiria o destacamento de verbas preferenciais para essas regiões, retroalimentando o poder político e econômico e criando um ciclo vicioso. É fundamental conceber que essas estruturas familiares impactam diretamente no capital econômico da competidora, criando estruturas que facilitam o acesso em posições eletivas, uma vez que as relações empresariais e estatais produzem incentivos competitivos importantes e distintos no processo eleitoral (ENGLER, 2018).

Outra hipótese é que o desenvolvimento democrático a longo prazo resulta em profissionalização política, sendo o capital familiar importante para a preservação destes cargos. Dessa forma, conforme a democracia se consolida, mais e mais famílias políticas se formam (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015). Nesta investigação não buscamos testar tais hipóteses, mas levaremos ambas como pressupostos de análise, visto que em determinados contextos, a constituição de famílias pode sim corresponder a um indício de formação e engessamento de elites familiares, enquanto em outros poderá significar consolidação democrática por causa do acúmulo de capitais políticos.

Em relação aos decréscimos, podemos teorizar que Movimentos Estudantis e Sindicalismo perderam muita força nos últimos anos no cenário político por causa do sucessivo processo de apagamento destas instituições ao longo dos anos. Movimentos Estudantis

perderam sua capacidade de arregimentar a juventude escolarizada, seja por conta das mudanças na própria lógica representativa dessas organizações, com a captura das lideranças por partidos políticos da esquerda, ou o processo de despolarização pelo qual a juventude passa (BRINGEL, 2009). É importante salientar que não há uma ausência dessa categoria, que ainda se faz fundamental para a produção de aspirações políticas de um indivíduo, como estudos recentes indicam (BOLOGNESI; DE MEDEIROS, 2014). Tudo isso pode ter contribuído, além de outros fatores, para o obscurecimento do papel da militância estudantil. Entretanto, é importante notar que ainda constituem uma plataforma importante para destacamento político⁹.

Em relação ao Sindicalismo, com a eleição do presidente Lula em 2002 e a sucessiva ocupação de cargos federais por parte de membros de organismos sindicais e a aproximação desses ao governo federal, pouco a pouco essas instituições foram cedendo espaço no imaginário popular (CARDOSO, 2015; SILVA, 2023). Aliado a isso, e preponderante para o apagamento, o processo neoliberal e a ultra precarização do trabalhador, com a inovação tecnológica e o surgimento da uberização, o sindicato foi sucessivamente desconstruído (MARCELINO; GALVÃO, 2020). O ponto alto desse processo ocorreu com a reforma trabalhista de 2017 que, entre outras coisas, retirou a contribuição obrigatória aos sindicatos. Tudo isso aliado a um longo percurso de fragmentação das organizações sindicais.

Já o crescimento expressivo de Movimentos Sociais e o aparecimento da Mídia como uma carreira a ser considerada podem ser explicadas de várias formas. Na primeira carreira temos que até o início do século XXI, as trajetórias políticas advindas de movimentos contestatórios a Ditadura Militar ou de organizações sociais que tinham como objeto a defesa de algum direito social encontravam maior ressonância nos cargos eletivos, como plataforma de ampliar suas atuações, agora em nível federal.

Entretanto, a partir da segunda década, os movimentos sociais tiveram o incremento importante das redes sociais, insuflando “influenciadores” que se articulavam junto as manifestações iniciadas em 2013. Com isso, há de distinguir esses Movimentos Sociais das Mídias (diversas). A mídia aqui pode ser compreendida como canais de televisão, rádio ou redes sociais. São atuações voltadas para “viralização”, efeito de se tornar viral, contagioso, a partir de uma postagem sua, ou de um vídeo/entrevista. Bolsonaro e o bolsonarismo foram os maiores

⁹ Carina Vitral (ex-presidenta da UNE) foi candidata a deputada estadual em São Paulo pelo PCdoB, conquistando a suplência ao receber pouco mais de 33 mil votos. Daniel Iliescu (ex-presidente da UNE) foi candidato a vereador em Petrópolis, recebendo 965 votos e não foi eleito. Gustavo Lemos Petta (ex-presidente da UNE) conseguiu suplência em 2010 na Câmara dos Deputados, chegando a efetivamente ocupar o cargo de Deputado Federal. Wadson Ribeiro (ex-presidente da UNE) foi eleito suplente para a Câmara dos Deputados e também ocupou por um breve período a cadeira legislativa.

fiadores desse crescimento em relação as mulheres eleitas em 2018. Novos políticos integrantes de movimentos que nasceram das contestações aos governos progressistas brasileiros, tais como o MBL, também se insuflaram nos termos desta midiatização que a internet e sua democratização trouxeram (RAMOS DE OLIVEIRA, 2023).

Podemos perceber que nos últimos anos, principalmente aqueles que precederam as eleições de 2018, o número de candidatos que insurgiram nas redes sociais e se estabeleceram como vozes dissonantes ao Partido dos Trabalhadores e da esquerda em geral, ganhando o cenário digital com uma guerra de desinformação, perfazendo votações subsequentes indiscutivelmente relevantes (NEMER, 2023). A partir deste contexto, este grupo começa a se fortalecer e indicar uma tendência de crescimento para os próximos anos.

Por fim, temos que a carreira religiosa também teve seu relativo crescimento, impulsionado justamente pela reação conservadora e o crescimento das candidaturas ordenadas por igrejas neopentecostais. Esse crescimento já foi abordado em diversas pesquisas, mostrando que as alianças celebradas entre o governo dos Partidos dos Trabalhadores e lideranças evangélicas gerou um crescimento e acúmulo de capital político de setores dessas igrejas, fomentando o aumento do sucesso eleitoral dos partidos confessionais e de pastoras e pastores que utilizam essas plataformas eleitorais (ANTONIO; LAHUERTA, 2014; SILVA, 2016).

Compreendendo estes aspectos quantitativos da expansão e retração de grupos ao longo dos anos nos possibilita explorar hipóteses para a (re)organização das mulheres que compõe o parlamento. Entretanto, como operam essas carreiras quando as comparamos entre si, em um contexto coletivo, tomando como ponto de partida suas trajetórias dentro da Câmara Federal? É por meio da Análise Múltipla de Correspondências que passaremos a analisar quais são as diferenças e similaridades entre as carreiras quando dispostas em um plano estrutural de categorias que balizam o fazer político.

Destaca-se que as contribuições na Análise de Correspondência Múltipla (ACM) apontam a proporção da variância em cada dimensão explicada por cada categoria. Se uma categoria tem contribuição elevada, a implicação é de que ela possui forte relação com a dimensão e, portanto, tem um impacto significativo na disposição dos pontos no gráfico ACM. As categorias com menores contribuições, por sua vez, possuem relações mais tênues. No Gráfico 2, por exemplo, a ACM evidencia a relação entre cargos de liderança na Câmara Federal e carreiras políticas. Esses cargos são caracterizados por posições de destaque dentro das esferas do poder legislativo, como líderes de partidos políticos, líderes de governo ou da minoria, configurando importantes funções burocráticas dentro do campo político em análise.

Nas legislaturas estudadas, nota-se um movimento de agrupamento das variáveis no lado esquerdo do gráfico com o passar do tempo. A ACM oferece uma visão sobre a evolução das carreiras de mulheres na Câmara Federal do parlamento brasileiro, ilustrando as relações entre as variáveis categóricas de liderança e as carreiras políticas ao longo das legislaturas. Ao estudar a ACM, busca-se compreender a diversidade entre as categorias em um ambiente multidimensional.

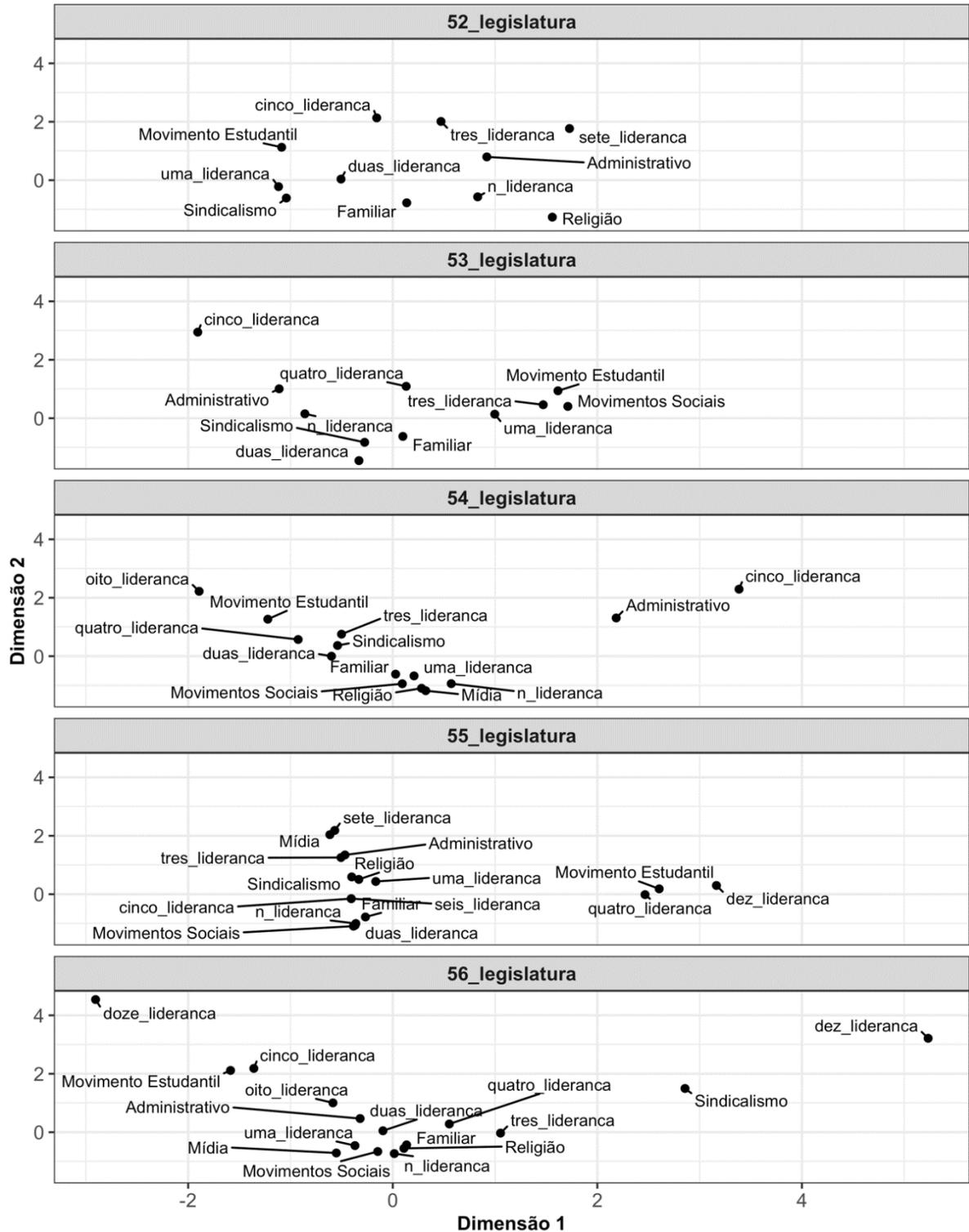
Os resultados sugerem inferências notáveis sobre a posição dessas mulheres no cenário institucional. A categoria 'Sindicalismo' é fortemente representada na primeira dimensão em quase todas as legislaturas, com destaque na 56^a, contribuindo com 34,28%. Isso aponta que as mulheres sindicalistas possuem um papel marcante na primeira dimensão e, portanto, na estrutura da Câmara. A participação em sindicatos emerge como um traço relevante na carreira política de muitas mulheres, possivelmente devido ao engajamento político aprofundado geralmente associado ao sindicalismo. O 'Movimento Estudantil' também é uma grande contribuição para a primeira dimensão em várias legislaturas, alcançando 43,77% na 55^a legislatura. Esse achado sugere que as mulheres com trajetória no movimento estudantil têm um destaque notável no campo político. O envolvimento em movimentos estudantis é frequentemente um indicativo de alto grau de engajamento político, servindo como formação para futuros políticos.

A categoria “Dez Lideranças” na 56^a legislatura e “Uma Liderança” nas 52^a e 53^a legislaturas demonstram contribuições significativas para a primeira dimensão. Isso sugere que, nestas legislaturas específicas, ocupar uma única posição de liderança ou dez cargos de liderança pode exercer grande influência na carreira política das mulheres. Dessa forma, a quantidade de cargos de liderança parece ter uma associação significativa com a disposição dos pontos no gráfico ACM, demonstrando o possível impacto na carreira política das mulheres. Na segunda dimensão, a ausência de um padrão definido indica a complexidade e a diversidade dos fatores que afetam a carreira política das mulheres. As categorias como “Duas Lideranças”, “Nenhuma Liderança” e “Uma Liderança” variam entre as legislaturas, sugerindo que a relevância de ocupar diferentes quantidades de cargos de liderança pode ter se modificado ao longo do tempo.

Esta análise sugere que a participação em sindicatos e movimentos estudantis, além da quantidade de cargos de liderança ocupados, têm impacto significativo na trajetória política das mulheres na Câmara Federal. No entanto, a influência destes fatores parece oscilar ao longo do tempo, denotando a complexidade dinâmica das carreiras políticas femininas e a interação

destes fatores com a estrutura institucional. Estas mudanças podem ser consequência de alterações na estrutura política, prioridades legislativas ou outros fatores.

Gráfico 2 - Análise de correspondência múltipla da associação entre lideranças na câmara federal e carreiras políticas



Fonte: Organização própria

Em uma tentativa de desvendar as associações entre as comissões ocupadas na Câmara Federal e as carreiras políticas, realizamos uma Análise de Correspondência Múltipla (ACM). Esta análise nos permite discernir a contribuição de cada categoria para a primeira e a segunda dimensões em uma variedade de conjuntos de dados, especificamente os conjuntos de 52 a 56.

Iniciando pela 52ª legislatura, os dados coletados indicam que a categoria "Três Comissões" detém a maior contribuição para a dimensão 1, com um total de 31,05%. Isto sugere que, durante este período, a ocupação de três comissões possui uma associação significativa com as carreiras políticas. A segunda maior contribuição na dimensão 1 vem da categoria "Familiar", que representa 21,33%. No entanto, para a dimensão 2, a categoria "Duas Comissões" se destaca como a mais relevante, com uma contribuição impressionante de 43,93%. Isso sugere que, nesta segunda dimensão de análise, ocupar duas comissões está fortemente associado às carreiras políticas durante a 52ª legislatura. A segunda maior contribuição nesta dimensão vem da categoria "Administrativo", que contribuiu com 19,03%. Esses resultados, portanto, sugerem que a quantidade de comissões ocupadas e os antecedentes familiares e administrativos desempenharam papéis significativos nas carreiras políticas durante a 52ª legislatura.

No que diz respeito à dimensão 1 da 53ª legislatura, a categoria "Nenhuma Comissão" mostra a maior contribuição com 22,06%. Isto pode indicar que, durante a 53ª legislatura, a ocupação de um número variável de comissões teve uma forte associação com as carreiras políticas. O "Sindicalismo" também se destaca como a segunda maior contribuição nesta dimensão, com 18,70%, sugerindo que atividades sindicais também estavam fortemente associadas às carreiras políticas durante este período. Já na dimensão 2, a categoria "Três Comissões" apresenta a contribuição mais elevada com 32,13%. Isso sinaliza que, na segunda dimensão de análise, a ocupação de três comissões teve uma associação particularmente forte com as carreiras políticas. Em segundo lugar, vemos a categoria "Administrativo" contribuindo com 18,25%. Essas análises indicam que, na 53ª legislatura, tanto a quantidade de comissões ocupadas quanto a atividade sindical e os cargos administrativos desempenharam um papel significativo nas carreiras políticas.

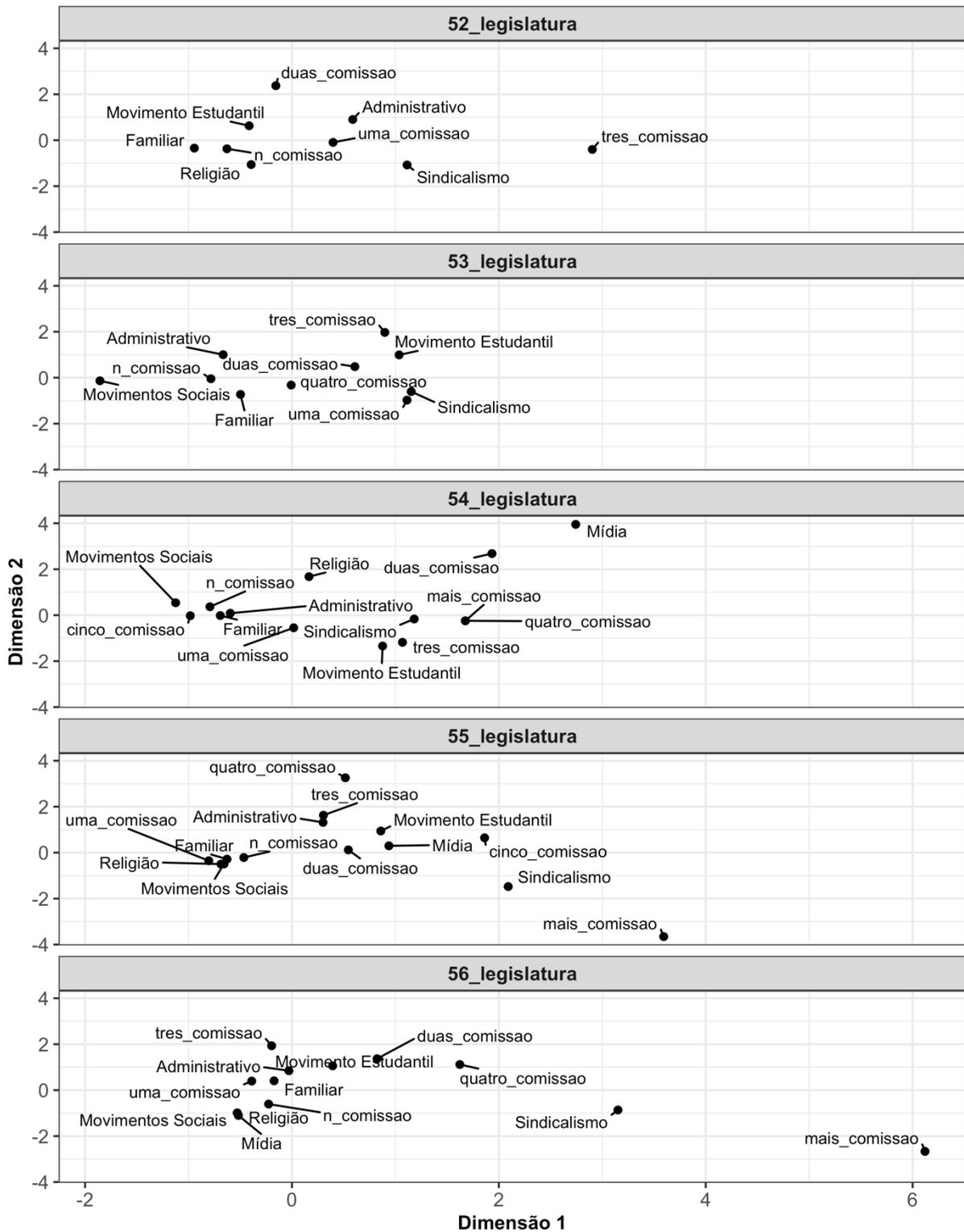
Para a dimensão 1 da 54ª legislatura, a categoria "Nenhuma Comissão" apresenta a maior contribuição com 16,38%, seguida por "Duas Comissões" com 14,62%. Isso sugere que durante a 54ª legislatura, ocupar um número variável de comissões ou duas comissões teve uma forte correlação com as carreiras políticas. Na dimensão 2, o "Mídia" apresenta a maior contribuição com 20,66%, seguido de perto por "Movimento Estudantil" com 16,67%. Isso

indica que, nesta dimensão de análise, a mídia e o movimento estudantil tiveram uma associação considerável com as carreiras políticas. Portanto, na 54ª legislatura, a quantidade de comissões ocupadas, a exposição na mídia e a participação no movimento estudantil parecem ter tido um papel fundamental nas carreiras políticas. Como observado anteriormente, a contribuição de diferentes categorias varia em cada legislatura, sublinhando a complexidade e a natureza variada da política.

Na 55ª legislatura, a contribuição das categorias para as dimensões 1 e 2 também apresenta um panorama interessante. Na dimensão 1, a categoria "Mais Comissões", que compreende a ocupação de mais de quatro comissões, representa a maior contribuição com 16,01%, seguida por "Sindicalismo" com 27,09%. Isso sugere que, na 55ª legislatura, ocupar várias comissões e ter uma história de sindicalismo foram fatores importantes nas carreiras políticas. Quanto à dimensão 2, a categoria "Mais Comissões" mostra novamente uma alta contribuição, desta vez com 18,65%. No entanto, "Quatro Comissões" aparece como a segunda maior contribuição com 14,83%. Isso sugere que na 55ª legislatura, o número de comissões ocupadas continuou a ser um fator relevante na carreira política. Dessa forma, durante a 55ª legislatura, parece que ocupar várias comissões e a experiência prévia em sindicalismo foram fatores-chave no sucesso da carreira política.

Na 56ª legislatura, os dados revelam diferentes padrões de contribuição nas dimensões 1 e 2 para as variáveis categóricas. Na dimensão 1, a categoria "Mais Comissões" surge como a maior contribuição, com 32,10%, indicando que ter servido em várias comissões foi um fator relevante para os políticos desta legislatura. No entanto, a categoria "Sindicalismo" aparece em destaque com uma contribuição de 42,57%, sugerindo que os políticos com um histórico no sindicalismo também se destacaram nesta dimensão durante a 56ª legislatura. No que diz respeito à dimensão 2, a categoria "Duas Comissões" surge como a maior contribuição com 12,85%, seguida pela categoria "Nenhuma Comissão" com 14,47%. Isso indica que ter participado de duas comissões ou de um número indefinido de comissões teve uma influência significativa no perfil dos políticos nesta dimensão na 56ª legislatura. Em resumo, na 56ª legislatura, servir em várias comissões, ter um histórico sindical e participar de duas ou um número indefinido de comissões, parecem ser fatores determinantes nas carreiras políticas dos membros da Câmara Federal.

Gráfico 3 - Análise de correspondência múltipla da associação entre comissões ocupadas na câmara federal e carreiras políticas



Fonte: Elaboração própria

A análise de correspondência múltipla (ACM) apresentada no gráfico 4 oferece uma visão rica das carreiras das mulheres na Câmara Federal e as influências que moldam a partir das suas reeleições. Diversas variáveis foram incluídas na análise, incluindo o número de reeleições (de nenhuma a seis vezes) e a origem das carreiras políticas (como Administração, Familiar, Mídia, Movimento Estudantil, Movimentos Sociais, Religião, Sindicalismo).

Analisando os resultados em detalhe, na legislatura 56, na dimensão 1, a variável "Três Reelections" é a que mais contribui, com um peso de 22,45%. Isso sugere que a capacidade de ser reeleita três vezes é um marco significativo para as carreiras das mulheres na Câmara Federal, indicando talvez uma combinação de experiência política, habilidades de liderança e suporte contínuo dos eleitores. Além disso, mais uma vez, a variável "Sindicalismo" tem uma contribuição significativa nesta dimensão, com um peso de 33,45%, sugerindo que mulheres que vieram de carreiras sindicais têm uma probabilidade maior de serem reeleitas. Na dimensão 2 dos dados desta legislatura, a maior contribuição vem do "Movimento Estudantil", com um peso de 35,50%, indicando que as mulheres que têm uma origem no movimento estudantil têm uma grande influência neste eixo. A variável "Seis Reelections" também possui uma forte contribuição nesta dimensão, com um peso de 29,12%, sugerindo que a capacidade de ser reeleita seis vezes é outro marco significativo.

Na 55ª legislatura, ao analisarmos a dimensão 1, observamos que a variável "Movimento Estudantil" exerce a maior contribuição, representando um peso significativo de 31,05%. Essa constatação ressalta, mais uma vez, a importância da experiência e do envolvimento no movimento estudantil para o progresso profissional das mulheres nesta instituição. Além disso, a variável "Três Reelections" também se destacam como uma forte contribuinte, com um peso de 26,31%, reforçando a relevância de obter uma terceira reeleição. Já na dimensão 2 destes dados, a variável "Uma Reelection" exerce a maior influência, com um peso de 39,67%. Essa descoberta sugere que alcançar a primeira reeleição é um marco crucial para as carreiras políticas das mulheres na Câmara Federal. Além disso, a variável "Movimentos Sociais" também desempenha um papel significativo nesta dimensão, com um peso de 32,32%, indicando a influência das mulheres que ingressaram na política a partir de movimentos sociais.

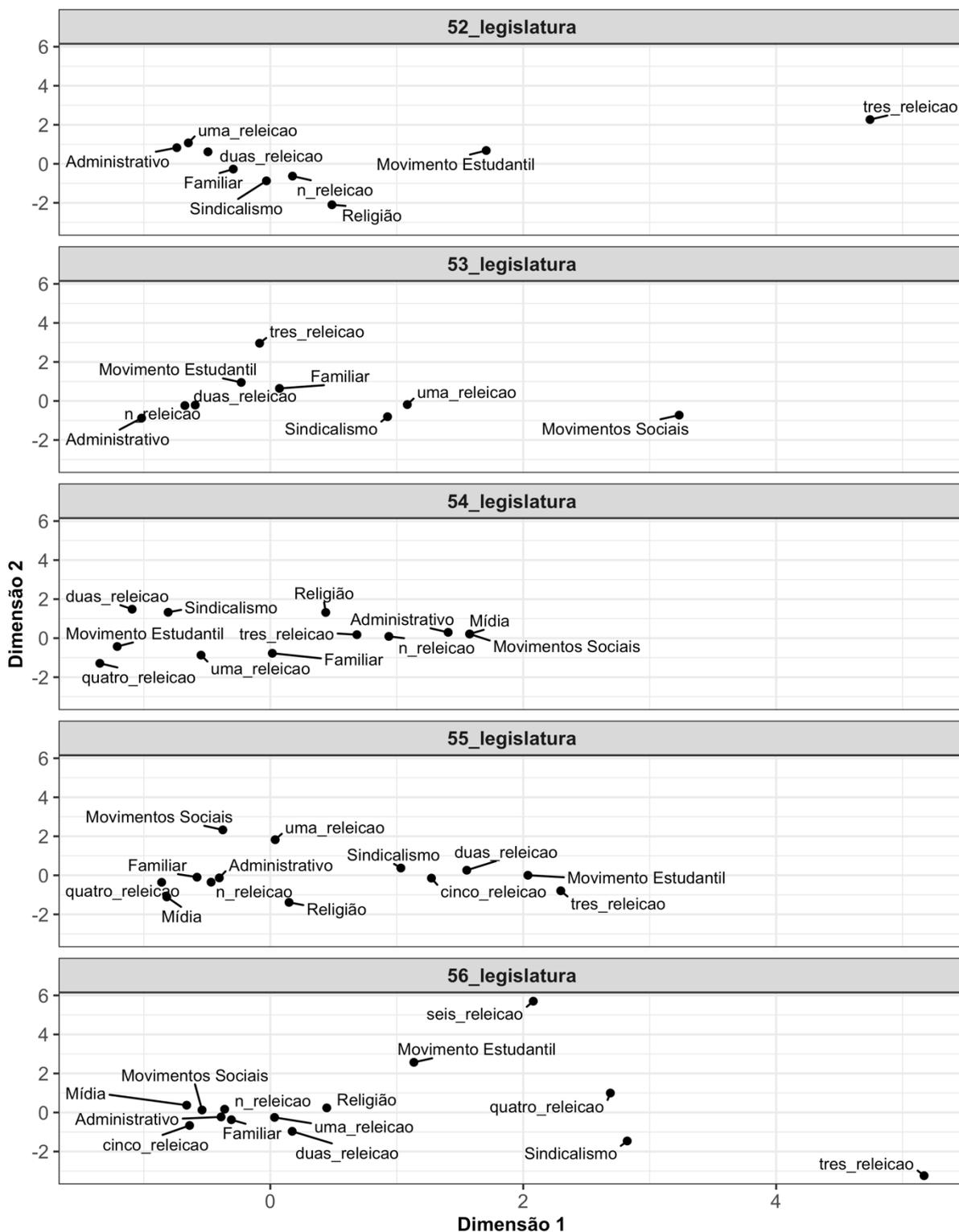
Ao examinarmos a 54ª legislatura, na dimensão 1, a variável "nenhuma Reelection" apresenta a maior contribuição, com 20,81%, indicando que não ter sido reeleita também possui uma relevância importante na configuração das carreiras das mulheres na Câmara Federal. Já na dimensão 2, a variável "Duas Reelections" exerce a maior influência, com 27,56%, sugerindo que alcançar a segunda reeleição também representa um marco significativo.

Ao analisar o conjunto de dados da 53ª legislatura, notamos que a dimensão 1 é majoritariamente estruturada em torno da categoria "Uma Reeleição", que apresentou a maior contribuição com aproximadamente 31,25%. Outras categorias também se mostraram relevantes para essa dimensão, particularmente "Administrativo" e "Movimentos Sociais", que contribuíram com cerca de 18,97% e 17,40%, respectivamente. No entanto, as categorias "Familiar" e "Movimento Estudantil" demonstraram uma contribuição mais modesta, sugerindo uma influência reduzida na estruturação dessa dimensão. No que se refere à dimensão 2, a categoria "Três Reeleições" destacou-se como a mais influente, contribuindo com 46,63%. Além disso, as categorias "Administrativo" e "Familiar" também desempenharam um papel significativo, contribuindo com 14,96% e 12,50%, respectivamente. Por outro lado, as categorias "Duas Reeleições" e "Uma Reeleição" apresentaram as menores contribuições, indicando um impacto menos pronunciado nessa dimensão.

Quanto ao conjunto de dados da legislatura 52, a dimensão 1 foi fortemente influenciada pela categoria "Três Reeleições", que contribuiu com 39,37%. As categorias "Movimento Estudantil" e "Administrativo" também desempenharam um papel fundamental na estruturação desta dimensão, contribuindo com 35,72% e 11,48%, respectivamente. Em contraste, a categoria "Sindicalismo" teve a menor contribuição, indicando uma menor relevância para essa dimensão. Na dimensão 2, a categoria "Nenhuma Reeleição" se destacou com a maior contribuição, aproximadamente 18,21%, indicando uma forte associação com essa dimensão. "Uma Reeleição" e "Administrativo" também foram consideráveis nessa dimensão, contribuindo com cerca de 16,83% e 15,03% respectivamente. A categoria "Familiar" mostrou a menor contribuição, sugerindo uma associação menos significativa com a dimensão 2.

Essas análises fornecem insights valiosos para a compreensão das carreiras políticas das mulheres na Câmara Federal. Elas destacam a importância de conquistar reeleições, com marcos relevantes nas primeiras, segundas, terceiras e sextas reeleições. Além disso, ressaltam a influência das carreiras iniciadas em movimentos sociais, movimentos estudantis e sindicatos, indicando que essas áreas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e apoio às futuras políticas. Essas observações podem ser extremamente úteis na formulação de estratégias para apoiar e promover a carreira política das mulheres na Câmara Federal. Apesar de extensamente descritiva, estas análises nos fornecem materiais importantes para futuras investigações.

Gráfico 4 - Análise de correspondência múltipla da associação entre carreiras políticas e reeleição



Fonte: Elaboração própria

Considerações finais

Neste artigo nós realizamos uma pesquisa biográfica coletiva das deputadas federais de 2002 a 2018, identificando-as em grupos, quais sejam, Familiar, Administrativo, Movimentos Sociais, Movimentos Estudantis, Mídia, Sindicalismo e Religião, além de comparar suas carreiras tendo como base aspectos institucionais, tais como ocupação de cargos em liderança, reeleição e comissões ocupadas em posição de liderança. Os resultados indicam um forte crescimento dos grupos familiares, corroborando com tendência identificada em outros estudos, como carreira predominante entre as eleitas, seguido do Administrativo e dos Movimentos Sociais. É fundamental ressaltar que a concentração das carreiras está ligada a regiões específicas do país e demonstram, entre outras coisas, as peculiaridades locais.

Ao observarmos os arranjos institucionais, descobrimos a repetição das dificuldades encontradas no processo eleitoral para as deputadas federais. Os papéis de gênero da vida privada são amplamente reproduzidas em contexto institucional. Indicamos nessa pesquisa que sobre liderança, ocupação de comissões e reeleição, os grupos costumam estruturar valores distintos e encaixar em padrões próprios. Com base nas análises realizadas por meio da Análise de Correspondência Múltipla (ACM) das diferentes legislaturas na Câmara Federal, foi possível identificar diversos fatores que influenciam as carreiras políticas das mulheres. A ocupação de cargos de liderança, participação em movimentos estudantis, envolvimento sindical, experiência administrativa e número de reeleições foram elementos-chave que moldaram as trajetórias políticas das mulheres analisadas. A ACM revelou que a ocupação de cargos de liderança, como líderes de partido e líderes de governo, desempenha um papel significativo nas carreiras políticas das mulheres. Além disso, a participação em sindicatos e movimentos estudantis foi associada a uma maior influência e destaque no campo político. Esses resultados sugerem que o engajamento político profundo, muitas vezes associado ao sindicalismo e ao movimento estudantil, pode ser um fator importante para o sucesso político das mulheres.

A análise também revelou que a quantidade de cargos de liderança ocupados tem uma associação significativa com a disposição dos pontos no gráfico da ACM. Isso indica que ocupar múltiplos cargos de liderança pode ter um impacto importante na carreira política das mulheres, enquanto ocupar uma única posição de liderança também demonstrou ser relevante em certas legislaturas. Além disso, a investigação mostrou que a influência desses fatores pode variar ao longo do tempo e entre as legislaturas. Isso sugere que as mudanças na estrutura política, prioridades legislativas e outros fatores podem afetar as trajetórias políticas das mulheres. É importante ressaltar que as análises realizadas fornecem uma visão descritiva e exploratória das

relações entre as variáveis analisadas. No entanto, é necessário um estudo mais aprofundado e uma análise longitudinal para compreender melhor as complexidades e nuances das carreiras políticas das mulheres na Câmara Federal.

No geral, essas análises contribuem para uma compreensão mais abrangente das influências e obstáculos enfrentados pelas mulheres na política. Os resultados destacam a importância de promover a participação das mulheres em cargos de liderança, fortalecer o engajamento político em movimentos sociais e estudantis, e apoiar a progressão das carreiras políticas por meio de políticas inclusivas e igualitárias. Uma análise pormenorizada dessas trajetórias passaria por uma extensa pesquisa com entrevistas, cobrindo a vida pessoal e os percalços que essas deputadas enfrentaram ao longo de suas carreiras. Contudo, é fundamental que possamos visualizar as diferenças entre esses tipos e buscar, nas seções seguintes, observar como as distintas carreiras impactam na vida institucional dessas mulheres dentro da Câmara Federal. Se as suas diferenças constituem perspectivas diferentes em relação as dificuldades enfrentadas pelo Brasil e, principalmente, as constantes sociais e políticas que incidem contra as mulheres da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, G. H. B. DE; LAHUERTA, M. O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob o signo do novo desenvolvimentismo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], p. 57–82, ago. 2014.

ARAÚJO, C. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 567–584, ago. 2010.

ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Dados**, [S. l.], v. 50, n. 3, p. 535–577, 2007.

ARAÚJO, C. M. DE O.; BORGES, D. Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o “gênero” das candidaturas em 2010. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], v. 21, n. 46, p. 69–91, jun. 2013.

BOLOGNESI, B.; DE MEDEIROS, P. **Aspectos motivacionais do recrutamento político: um estudo inicial dos candidatos a deputado federal no Brasil (2010)**. 2014.

BOURDIEU, P. **Distinction: a social critique of the judgement of taste**. London: Routledge, 2010.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], v. 5, p.

193–216, 2011.

BRINGEL, B. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 97–122, 31 jul. 2009.

CARDOSO, A. M. Dimensões da crise do sindicalismo brasileiro. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 28, p. 493–510, dez. 2015.

DANTAS, E. G. et al. Prosopografia dos ajudantes do Ministério da Fazenda: uma análise das lógicas de recrutamento, dos itinerários profissionais e do perfil social do segundo escalão. **41º Encontro Anual da Anpocs**, [S. l.], n. 41, 2017.

ENGLER, I. G. DA F. Ricos e políticos: uma análise da origem familiar, trajetória profissional e carreira política dos 30 deputados federais brasileiros com maior patrimônio econômico da 55ª Legislatura (2015-2019). **Colombia Internacional**, [S. l.], n. 95, p. 137-164, 1 jul. 2018.

FOLKE, O.; RICKNE, J. Electoral Competition and Gender Differences in Political Careers. **Quarterly Journal of Political Science**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 59-102, 18 abr. 2016.

HUSSON, F.; LÊ, S.; PAGÈS, J. **Exploratory multivariate analysis by example using R**. 2. ed. Boca Raton: CRC Press, 2017.

KROOK, M. L. Why Are Fewer Women than Men Elected? Gender and the Dynamics of Candidate Selection. **Political Studies Review**, [S. l.], maio 2009.

LOVENDUSKI, J.; NORRIS, P. (ed.). **Gender and party politics**. London; Thousand Oaks, Calif: Sage Publications, 1993.

MARCELINO, P.; GALVÃO, A. O sindicalismo brasileiro diante da ofensiva neoliberal restauradora. **Tempo Social**, [S. l.], v. 32, p. 157-182, 11 maio 2020.

MARENCO, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 22, n. 64, p. 93-113, jun. 2007.

MARQUES, D. **Gênero e carreira política**: o que diferencia deputadas e deputados federais. 2010. 28 p.

MARTINS, T. J.; DONADONE, J. C. Realidade e desejo: as trajetórias formativas e profissionais de um grupo de elite no mundo das finanças. **Estudos de Sociologia**, [S. l.], v. 22, n. 43, 2018.

MATLAND, R. E. Enhancing Women's Political: Legislative Recruitment and Electoral Systems. In: **Women in Parliament: Beyond Numbers**. [S. l: s. n.], 2005.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 653-679, dez. 2010.

MIGUEL, L. F.; MARQUES, D.; MACHADO, C. Capital Familiar e Carreira Política no

Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Dados**, [S. l.], v. 58, n. 3, p. 721-747, set. 2015.

NEMER, D. De las fake news a la radicalización en línea: el caso del auge de la extrema derecha en Brasil. *In: Extremas Derechas y Democracia: Perspectivas Iberoamericanas*. Fundación Carolina, 2023. p. 173-192. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8974144>. Acesso em: 14 jul. 2023

NORRIS, P. Recrutamento político. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], v. 21, n. 46, p. 11-32, jun. 2013.

PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. N. (ed.). **Como estudar elites**. Curitiba, Paraná, Brasil: Editora UFPR, 2015.

PINTO, C. R. J.; SILVEIRA, A. Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). **Opinião Pública**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 178-208, abr. 2018.

PRAINO, R.; STOCKEMER, D. The Career Length and Service of Female Policymakers in the US House of Representatives. **Government and Opposition**, [S. l.], v. 53, n. 3, p. 437-460, jul. 2018.

RAMOS DE OLIVEIRA, E. **O fenômeno MBL: protagonismo no apogeu de novas frações da direita na política brasileira (2013-2018)**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2023.

ROSSIER, T. Prosopography, Networks, Life Course Sequences, and so on. Quantifying with or beyond Bourdieu? **Bulletin of Sociological Methodology/Bulletin de Méthodologie Sociologique**, [S. l.], v. 144, n. 1, p. 6-39, 1 out. 2019.

SACCHET, T. Partidos políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. *In: PAIVA, D. (org.). Mulheres, Política e poder*. Goiânia: Cânone Editorial, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Goiás, 2011.

SCHWINDT-BAYER, L. A. Women Who Win: Social Backgrounds, Paths to Power, and Political Ambition in Latin American Legislatures. **Politics & Gender**, [S. l.], v. 7, n. 01, p. 1-33, mar. 2011.

SETTON, M. DA G. J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], n. 20, p. 60-70, ago. 2002.

SILVA, L. G. T. DA. O Brasil ao pé da cruz: notas sobre a representação política de pentecostais e neopentecostais. **Pensamento Plural**, [S. l.], n. 17, p. 101-127, 2016.

SILVA, T. C. DA. **Somos Governo!:** uma análise do sindicalismo brasileiro nos anos de 2003 a 2016. São Paulo: Universidade de São Paulo, 15 mar. 2023.

WYLIE, K. **Party institutionalization and women's representation in democratic Brazil**. Cambridge, United Kingdom; New York, NY: Cambridge University Press, 2018.

CRediT Author Statement

Reconhecimentos: Agradeço os pareceristas que enriqueceram o trabalho com suas sugestões, permitindo novas percepções do problema analisado.

Financiamento: Sim. Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP - 17/26776-6).

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação ética: Não foi necessário.

Disponibilidade de dados e material: Não aplicável.

Contribuições dos autores: Autor único.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.



Anexos:

Tabela 1 - Distribuição das eleitas por espectro Ideológico das Deputadas Federais de 2002 a 2018

Ideologia	Frequência	Porcentagem
Centro	68	26,2%
Direita	85	32,7%
Esquerda	107	41,2%
Total	260	100%

Fonte: Criação própria

Tabela 2 - Pertencimento Partidário das Deputadas Federais

Partidos Políticos	Frequência	Porcentagem
(P)MDB	31	11,9%
AVANTE/PTdoB	3	1,2%
DEM/PFL	17	6,5%
NOVO	1	0,4%
PCdoB	23	8,8%
PDT	8	3,1%
PL	1	0,4%
PMN	2	0,8%
PODEMOS/PTN	3	1,2%
PP	14	5,4%
PPB	1	0,4%
PPS	6	2,3%
PR	12	4,6%
PRB	5	1,9%
PRONA	1	0,4%
PROS	1	0,4%
PRP	1	0,4%
PSB	21	8,1%
PSC	4	1,5%
PSD	2	0,8%
PSDB	25	9,6%
PSL	9	3,5%
PSOL	6	2,3%
PST	1	0,4%
PT	48	18,5%
PTB	6	2,3%
PTC	3	1,2%
PV	3	1,2%
REDE	1	0,4%
SOLIDARIEDADE	1	0,4%
Total	260	100%

Fonte: Criação própria

Tabela 3 - Distribuição das eleitas por Região Federativa

Região	Frequência	Porcentagem
Centro-Oeste	26	10%
Nordeste	50	19,2%
Norte	61	23,5%
Sudeste	91	35%
Sul	32	12,3%
Total	260	100%

Fonte: Criação própria

Tabela 4 - Nível Educacional Declarado das Deputadas Federais

Nível Educacional	Frequência	Porcentagem
Lê e Escreve	3	1,2%
Fundamental Completo	4	1,5%
Ensino Médio	45	17,3%
Ensino Superior	208	80%
Total	260	100%

Fonte: Criação própria

Tabela 5 - Graduação Superior Declarada das Deputadas Federais

Graduação em Nível Superior	Frequência	Porcentagem
Administração	8	3,1%
Artes	1	0,4%
Assistência Social	4	1,5%
Biblioteconomia	1	0,4%
Ciência Política	1	0,4%
Ciências Sociais	5	1,9%
Contabilidade	1	0,4%
Direito	37	14,2%
Economia	7	2,7%
Educação Física	4	1,5%
Enfermagem	5	1,9%
Engenharia	7	2,7%
Farmácia	7	2,7%
História	4	1,5%
Jornalismo	10	3,8%
Letras	15	5,8%
Matemática	2	0,8%
Medicina	16	6,2%
Não Consta	73	28,1%
Odontologia	1	0,4%
Pedagogia	22	8,5%
Psicologia	18	6,9%
Química	1	0,4%
Serviço Social	6	2,3%
Terapia Ocupacional	3	1,2%
Turismo	1	0,4%

Graduação em Nível Superior	Frequência	Porcentagem
Total	260	100%

Fonte: Criação própria

Tabela 6 - Profissão Declarada das Deputadas Federais

Profissão	Frequência	Porcentagem
Administrador	6	2,3%
Advogado	17	6,5%
Agente Administrativo	1	0,4%
Agricultor	2	0,8%
Agrônomo	1	0,4%
Assistente Social	6	2,3%
Bancário	1	0,4%
Biólogo	1	0,4%
Cantor E Compositor	1	0,4%
Cientista Político	1	0,4%
Comerciante	1	0,4%
Contador	1	0,4%
Dona De Casa	1	0,4%
Economista	1	0,4%
Empresário	20	7,7%
Enfermeiro	3	1,2%
Engenheiro	2	0,8%
Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados	2	0,8%
Farmacêutico	1	0,4%
Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional	2	0,8%
Gerente	1	0,4%
Historiador	1	0,4%
Jornalista e Redator	4	1,5%
Magistrado	1	0,4%
Médico	12	4,6%
Músico	1	0,4%
Não Consta	2	0,8%
Outros	13	5%
Pedagogo	3	1,2%
Policia Militar	2	0,8%
Política	113	43,5%
Professor	18	6,9%
Psicólogo	4	1,5%
Servidor Público	12	4,6%
Sociólogo	1	0,4%
Veterinário	1	0,4%
Total	260	100%

Fonte: Criação própria

Tabela 7 - Cor Declarada e Heteroclassificada das Deputadas Federais

Cor	Frequência	Porcentagem
Branca	213	81,9%
Não-Branca	47	18,1%
Total	260	100%

Fonte: Criação própria

Tabela 8 - Relação entre Região e Grupo

	Região					Total
	<i>Norte</i>	<i>Nordeste</i>	<i>Sul</i>	<i>Sudeste</i>	<i>Centro-Oeste</i>	
<i>Familiar</i>	27	19	7	29	13	95
<i>Administração</i>	15	7	7	16	7	52
<i>Sindicalismo</i>	7	12	2	10	4	35
<i>Movimentos Sociais</i>	1	5	2	13	1	22
<i>Movimento Estudantil</i>	6	5	9	12	1	33
<i>Religião</i>	3	2	5	7	0	17
<i>Mídia</i>	2	0	0	4	0	6
Total	61	50	32	91	26	260

Fonte: Criação própria

Tabela 9 - Relação entre Ideologia e Grupo

	Ideologia			Total
	<i>Esquerda</i>	<i>Centro</i>	<i>Direita</i>	
<i>Familiar</i>	20	40	35	95
<i>Administração</i>	15	18	19	52
<i>Sindicalismo</i>	28	1	6	35
<i>Movimentos Sociais</i>	8	4	10	22
<i>Movimento Estudantil</i>	30	3	0	33
<i>Religião</i>	4	2	11	17
<i>Mídia</i>	2	0	4	6
Total	107	68	85	260

Fonte: Criação própria

Tabela 10 - Relação entre Cor e Grupo

	Cor		Total
	<i>Branco</i>	<i>Não-Branco</i>	
<i>Familiar</i>	88	7	95
<i>Administração</i>	47	5	52
<i>Sindicalismo</i>	20	15	35
<i>Movimentos Sociais</i>	18	4	22
<i>Movimento Estudantil</i>	24	9	33
<i>Religião</i>	11	6	17
<i>Mídia</i>	5	1	6
Total	213	47	260

Fonte: Criação própria

Quadro 1 - Análise de Correspondência Múltipla da Associação entre Lideranças na Câmara Federal e Carreiras Políticas (Gráfico 2)

Variável	Dim1	Dim2
<i>cinco lideranca_56</i>	4.6503912	12.6729784
<i>dez lideranca_56</i>	23.0141128	9.1545278
<i>doze lideranca_56</i>	7.0917208	18.2685965
<i>duas lideranca_56</i>	0.1311591	0.0369829
<i>n lideranca_56</i>	0.0011257	2.8394945
<i>oito lideranca_56</i>	0.2873488	0.8947001
<i>quatro lideranca_56</i>	2.0543044	0.5636365
<i>tres lideranca_56</i>	9.3266419	0.0080752
<i>uma lideranca_56</i>	3.4431953	5.5610081
<i>Administrativo_56</i>	1.2843986	2.9105289
<i>Familiar_56</i>	0.3999951	4.3096148
<i>Mídia_56</i>	1.0228743	1.7867580
<i>Movimento Estudantil_56</i>	12.6794977	23.7716650
<i>Movimentos Sociais_56</i>	0.2535981	5.4001142
<i>Religião_56</i>	0.0699579	1.8945226
<i>Sindicalismo_56</i>	34.2896783	9.9267965
<i>cinco lideranca_55</i>	0.3542806	0.0559043
<i>dez lideranca_55</i>	10.7687522	0.1087884
<i>duas lideranca_55</i>	1.7516343	16.4660395
<i>n lideranca_55</i>	0.8424110	7.3179904
<i>quatro lideranca_55</i>	32.7157020	0.0011267
<i>seis lideranca_56</i>	0.3542806	0.0559043
<i>sete lideranca_56</i>	0.3461065	5.7833623
<i>tres lideranca_55</i>	2.4801588	17.2088432
<i>uma lideranca_55</i>	0.3866742	3.0020409
<i>Administrativo_55</i>	2.1105940	19.7348962
<i>Familiar_55</i>	1.6114525	15.4807991
<i>Mídia_55</i>	0.4067097	5.0430959
<i>Movimento Estudantil_55</i>	43.7793242	0.2474833
<i>Movimentos Sociais_55</i>	0.6344286	5.8030295
<i>Religião_55</i>	0.5927160	1.5606197
<i>Sindicalismo_55</i>	0.8647750	2.1300762
<i>cinco lideranca_54</i>	30.9549657	14.9042885
<i>duas lideranca_54</i>	3.8772636	0.0000005
<i>n lideranca_54</i>	3.5312521	9.9752289
<i>oito lideranca_55</i>	4.8402899	6.9859236
<i>quatro lideranca_54</i>	2.3111492	0.9283015
<i>tres lideranca_54</i>	3.7271142	8.8684662
<i>uma lideranca_54</i>	0.7579654	8.3377907
<i>Administrativo_54</i>	32.2286793	12.1209124
<i>Familiar_54</i>	0.0188253	9.6012474
<i>Mídia_54</i>	0.1400019	1.9716217
<i>Movimento Estudantil_54</i>	14.1104734	15.9076464
<i>Movimentos Sociais_54</i>	0.0351884	3.7666279
<i>Religião_54</i>	0.3203007	5.1096308
<i>Sindicalismo_54</i>	3.1465311	1.5223133
<i>cinco lideranca_53</i>	5.1024843	14.3750178
<i>duas lideranca_53</i>	1.2274899	27.9354211
<i>n lideranca_53</i>	16.5754837	0.6004433
<i>quatro lideranca_53</i>	0.0722949	5.9150268
<i>tres lideranca_53</i>	6.0719458	0.7020457

<i>uma lideranca 53</i>	20.9503015	0.4720452
<i>Administrativo 53</i>	19.0610075	18.4278225
<i>Familiar 53</i>	0.2328769	10.9398467
<i>Movimento Estudantil 53</i>	25.6370000	10.1930735
<i>Movimentos Sociais 53</i>	4.1127047	0.2700346
<i>Sindicalismo 53</i>	0.9564109	10.1692227
<i>cinco lideranca4</i>	0.0764152	14.9247029
<i>duas lideranca4</i>	2.7832935	0.0169711
<i>n lideranca4</i>	18.2085540	9.0658633
<i>sete lideranca 55</i>	4.6389969	5.1287580
<i>tres lideranca 52</i>	1.0359361	19.9080344
<i>uma lideranca 52</i>	23.2568042	0.9556703
<i>Administrativo 52</i>	15.7672054	12.5325959
<i>Familiar 52</i>	0.3758628	12.7547824
<i>Movimento Estudantil 52</i>	12.8393775	14.5853102
<i>Religião 53</i>	7.5632270	5.2377246
<i>Sindicalismo 52</i>	13.4543273	4.8895869

Fonte: Criação própria

Quadro 2 - Análise de Correspondência Múltipla da Associação entre Comissões Ocupadas na Câmara Federal e Carreiras Políticas (Gráfico 3)

Variável	Dim1	Dim2
<i>duas comissao 56</i>	4.0663745	12.8466932
<i>mais comissao 56</i>	32.1045808	6.9806110
<i>n comissao 56</i>	1.7480098	14.4722161
<i>quatro comissao 56</i>	9.0299985	4.8849671
<i>tres comissao 56</i>	0.0661944	7.3139553
<i>uma comissao 56</i>	2.9848420	3.5015572
<i>Administrativo 56</i>	0.0111476	10.5246188
<i>Familiar 56</i>	0.6664912	4.1782387
<i>Mídia 56</i>	0.9191146	4.7688998
<i>Movimento Estudantil 56</i>	0.7969960	6.5960036
<i>Movimentos Sociais 56</i>	3.3591845	13.5148068
<i>Religião 56</i>	1.6795923	6.7574034
<i>Sindicalismo 56</i>	42.5674738	3.6600289
<i>cinco comissao 56</i>	12.8963967	1.7442663
<i>duas comissao 55</i>	5.1598640	0.2803815
<i>mais comissao 55</i>	16.0106251	18.6506279
<i>n comissao 55</i>	4.0286607	0.9394786
<i>quatro comissao 55</i>	0.3304791	14.8341997
<i>tres comissao 55</i>	0.3444696	11.1271247
<i>uma comissao 55</i>	11.2295049	2.4239213
<i>Administrativo 55</i>	1.0065630	21.7844365
<i>Familiar 55</i>	10.2708050	2.3520750
<i>Mídia 55</i>	1.0890697	0.1227387
<i>Movimento Estudantil 55</i>	5.4870227	7.4288842
<i>Movimentos Sociais 55</i>	2.1408621	1.3565173
<i>Religião 55</i>	2.9141923	1.7392550
<i>Sindicalismo 55</i>	27.0914852	15.2160933
<i>cinco comissao 55</i>	1.2587553	0.0007958
<i>duas comissao 54</i>	14.6201471	28.5571258
<i>mais comissao 54</i>	3.6622982	0.0795079
<i>n comissao 54</i>	16.3770496	3.5566627
<i>quatro comissao 54</i>	3.6622982	0.0795079

<i>tres_comissao_54</i>	10.4149874	12.9359307
<i>uma_comissao_54</i>	0.0044641	4.7904692
<i>Administrativo_54</i>	2.3178152	0.0465265
<i>Familiar_54</i>	11.2597901	0.0066004
<i>Mídia_54</i>	9.8064998	20.6585007
<i>Movimento Estudantil_54</i>	7.0065856	16.6718727
<i>Movimentos Sociais_54</i>	4.9432259	1.1578159
<i>Religião_54</i>	0.1061242	11.1655981
<i>Sindicalismo_54</i>	14.5599593	0.2930858
<i>duas_comissao_53</i>	2.3102003	1.5307688
<i>n_comissao_53</i>	22.0619625	0.0804196
<i>quatro_comissao_53</i>	0.0002677	0.5124097
<i>tres_comissao_53</i>	6.2967742	32.1284434
<i>uma_comissao_53</i>	19.3307952	15.7479585
<i>Administrativo_53</i>	7.6062872	18.2518359
<i>Familiar_53</i>	6.5720659	14.9245455
<i>Movimento Estudantil_53</i>	11.7398930	11.3670909
<i>Movimentos Sociais_53</i>	5.3841905	0.0297060
<i>Sindicalismo_53</i>	18.6975634	5.4268216
<i>duas_comissao_52</i>	0.1787764	43.9316230
<i>n_comissao_52</i>	13.8212359	5.1428535
<i>tres_comissao_52</i>	31.0537390	0.6274991
<i>uma_comissao_52</i>	4.9462487	0.2980244
<i>Administrativo_52</i>	7.6330099	19.0251641
<i>Familiar_52</i>	21.3295298	3.0152420
<i>Movimento Estudantil_52</i>	2.2097793	5.4250501
<i>Religião_53</i>	0.5728646	4.3986141
<i>Sindicalismo_52</i>	18.2548164	18.1359298

Fonte: Criação própria

Quadro 3 - Dados numéricos da Análise de Correspondência Múltipla da Associação entre Carreiras Políticas e Reeleição (Gráfico 4)

Variável	Dim1	Dim2
<i>cinco_releicao_56</i>	0.6848341	0.7904595
<i>duas_releicao_56</i>	0.1760501	5.8322951
<i>n_releicao_56</i>	4.8184186	1.1200021
<i>quatro_releicao_56</i>	18.2212589	2.6671051
<i>seis_releicao_56</i>	3.6324310	29.1212036
<i>tres_releicao_56</i>	22.4490967	9.3867965
<i>uma_releicao_56</i>	0.0179107	1.0821381
<i>Administrativo_56</i>	1.9077158	0.6977775
<i>Familiar_56</i>	2.0721093	3.2050580
<i>Mídia_56</i>	1.4696717	0.5010764
<i>Movimento Estudantil_56</i>	6.4959121	35.5044494
<i>Movimentos Sociais_56</i>	3.4274575	0.2046965
<i>Religião_56</i>	1.1721831	0.3499898
<i>Sindicalismo_56</i>	33.4549505	9.5369524
<i>cinco_releicao_55</i>	4.0489136	0.0613951
<i>duas_releicao_55</i>	9.0308615	0.3040061
<i>n_releicao_55</i>	8.7501456	5.8488410
<i>quatro_releicao_55</i>	1.8419571	0.3813048
<i>tres_releicao_55</i>	26.3134466	3.7347379
<i>uma_releicao_55</i>	0.0146756	39.6697150
<i>Administrativo_55</i>	1.8269104	0.2312543

<i>Familiar 55</i>	8.7987062	0.2831132
<i>Mídia 55</i>	0.8357960	1.8244223
<i>Movimento Estudantil 55</i>	31.0527335	0.0001621
<i>Movimentos Sociais 55</i>	0.7044884	32.3154068
<i>Religião 55</i>	0.1368639	14.2996999
<i>Sindicalismo 55</i>	6.6445016	1.0459414
<i>duas releicao 54</i>	13.3077493	27.5606637
<i>n releicao 54</i>	20.8112970	0.2157913
<i>quatro releicao 54</i>	7.5961796	7.7972836
<i>tres releicao 54</i>	3.2673448	0.2489733
<i>uma releicao 54</i>	5.0174292	14.1772881
<i>Administrativo 54</i>	13.7769455	0.6945119
<i>Familiar 54</i>	0.0063695	16.8480010
<i>Mídia 54</i>	3.4611029	0.0716604
<i>Movimento Estudantil 54</i>	14.2930988	1.9964485
<i>Movimentos Sociais 54</i>	10.3833087	0.2149811
<i>Religião 54</i>	0.8030648	8.1525686
<i>Sindicalismo 54</i>	7.2761097	22.0218285
<i>duas releicao 53</i>	3.5228256	0.4686479
<i>n releicao 53</i>	15.1958259	1.9564346
<i>tres releicao 53</i>	0.0359363	46.6267587
<i>uma releicao 53</i>	31.2454123	0.9481588
<i>Administrativo 53</i>	18.9665265	14.9620576
<i>Familiar 53</i>	0.1481117	12.4982250
<i>Movimento Estudantil 53</i>	0.6161599	11.2487545
<i>Movimentos Sociais 53</i>	17.3977324	0.9318571
<i>Sindicalismo 53</i>	12.8714694	10.3591057
<i>duas releicao 52</i>	3.4053747	5.5478380
<i>n releicao 52</i>	1.3478225	18.2063119
<i>tres releicao 52</i>	39.3652474	9.4135421
<i>uma releicao 52</i>	5.8815555	16.8323081
<i>Administrativo 52</i>	11.4816372	15.0251939
<i>Familiar 52</i>	1.9541025	1.7376556
<i>Movimento Estudantil 52</i>	35.7193000	5.9458468
<i>Religião 53</i>	0.8318227	16.1417033
<i>Sindicalismo 52</i>	0.0131376	11.1496004

Fonte: Criação própria